



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA
CAMPUS III
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

SIBERY DOS ANJOS BARROS E SILVA

**SISTEMAS AGROALIMENTARES EM JUAZEIRO/BA: GESTÃO E
PLANEJAMENTO PARA A COMERCIALIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA
FAMILIAR**

Juazeiro - BA
2025

SIBERY DOS ANJOS BARROS E SILVA

**SISTEMAS AGROALIMENTARES EM JUAZEIRO/BA: GESTÃO E
PLANEJAMENTO PARA A COMERCIALIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA
FAMILIAR**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Estadual da Bahia - Campus III, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, na linha de pesquisa, Ambiente, Saúde e Sistemas Agroalimentares.

Orientador(a): Prof., Dr. Alexandre Boleira Lopo
Coorientador(a): Prof, Dr. Fabio Del Monte Coccozza

Juazeiro - BA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
por Regivaldo José da Silva/CRB-5-1169

S586s Sibery dos Anjos Barros e Silva

Sistemas agroalimentares em Juazeiro/BA: gestão e planejamento para a comercialização da agroindústria familiar / Sibery dos Anjos Barros e Silva. Juazeiro-BA, 2025.
117 fls.: il.

Orientador (a): Prof. Dr. Alexandre Boleira Lopo.

Coorientador (a): Prof. Dr. Fábio Del Monte Cocozza.

Inclui Referências

Tese (Doutorado Profissional) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Tecnologia e Ciências sociais. Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT, Campus III. 2025.

1. Agricultura familiar. 2. Políticas públicas. 3. Agroindústria familiar. 4. Segurança alimentar e nutricional. 5. Sustentabilidade. I. Lopo, Alexandre Boleira. II. Cocozza, Fabio del Monte. III. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais. IV. Título.

CDD: 338.10981

FOLHA DE APROVAÇÃO

SIBERY DOS ANJOS BARROS E SILVA

SISTEMAS AGROALIMENTARES EM JUAZEIRO/BA: GESTÃO E PLANEJAMENTO PARA A COMERCIALIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR

Tese apresentada à Universidade do Estado da Bahia –UNEB, como requisito para a obtenção do título de doutora em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, na linha de pesquisa, Ambiente, Saúde e Sistemas Agroalimentares.

Banca Examinadora

Aprovado em: 05 de setembro de 2025

Documento assinado digitalmente



ALEXANDRE BOLEIRA LOPO
Data: 22/10/2025 08:55:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Universidade do Estado da Bahia-UNEB

Documento assinado digitalmente



ALINEAUREA FLORENTINO SILVA
Data: 28/10/2025 22:55:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Alineaurea Florentino Silva
Universidade do Estado da Bahia-UNEB

Examinadora interna

Documento assinado digitalmente



FELIPE RODRIGUES BOMFIM
Data: 24/10/2025 17:55:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Felipe Rodrigues Bomfim
Universidade do Estado da Bahia-UNEB

Documento assinado digitalmente



TATIANE DE OLIVEIRA XAVIER MACHADO
Data: 28/10/2025 17:53:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a. Tatiane de Oliveira Xavier Machado
Instituto Federal do Sertão Pernambucano-IFSertãoPE

Examinadora externa

Documento assinado digitalmente



MARIA LAIS DOS SANTOS LEITE
Data: 28/10/2025 20:31:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Maria Laís dos Santos Leite
Universidade Federal do Cariri- UFCA
Examinadora externa

Dedico este trabalho aos meus pais, pilares da minha vida. À minha mãe, cuja força e amor incondicional me inspiram todos os dias, especialmente neste momento de luta e esperança. E ao meu pai, pelo apoio silencioso, firme e constante em cada passo da minha jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela força e serenidade para concluir esta caminhada.

À minha mãe, que mesmo enfrentando com coragem o tratamento oncológico, permanece sendo minha maior inspiração de amor, fé e resiliência. Ao meu pai, pelo apoio incansável e presença firme em todos os momentos.

Ao meu esposo, Fabrício Barreto, por caminhar ao meu lado com paciência, incentivo e compreensão durante toda essa jornada. À minha filha, Maria Fernanda, razão maior da minha dedicação e exemplo do futuro que desejo ajudar a construir.

Ao professor Alexandre Boleira, meu orientador, pela orientação precisa, incentivo acadêmico e disponibilidade constante. Ao professor Fábio Coccozza, coorientador, pelo olhar crítico, contribuições valiosas e parceria intelectual.

A todas e todos que, de alguma forma, contribuíram com palavras, gestos, apoio ou mesmo com um silêncio acolhedor, expressei minha sincera gratidão. Ao meu amigo Paulo, in memoriam, dedico um agradecimento especial, com afeto e respeito pela memória e pela inspiração que deixou.

A construção de sistemas agroalimentares sustentáveis exige o fortalecimento das redes locais de produção, comercialização e consumo, com base na valorização da agricultura familiar e na gestão participativa dos territórios.”
(ELIAS, PERIN, SILVA, VIDIGAL e MARQUES, 2025)

RESUMO

A produção de alimentos artesanais e da agroindústria familiar desempenha um papel estratégico no abastecimento alimentar da população, na geração de renda, na valorização do trabalho feminino, no aproveitamento de produtos sazonais e na agregação de valor à produção agrícola local, especialmente em territórios rurais. Assim como os demais sistemas agroalimentares, esse modelo produtivo deve incorporar princípios fundamentais como a segurança alimentar e nutricional, a sustentabilidade ambiental, o bem-estar animal, a valorização do trabalho familiar e feminino, a comercialização justa e a promoção da saúde pública. O fortalecimento do sistema agroalimentar, com base nesses pilares, é decisivo para garantir a oferta regular de alimentos com práticas que priorizam a redução do uso de aditivos químicos e tecnológicos, diversificados e ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais. Esses elementos, conectados, impactam diretamente a preservação dos recursos naturais, o combate às Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) e a construção de sistemas alimentares mais justos e sustentáveis. Nesse contexto, esta tese tem como objetivo, analisar o potencial das tecnologias sociais como ferramentas de fortalecimento da agroindústria familiar no contexto dos Sistemas Agroalimentares Sustentáveis em Juazeiro/BA. A pesquisa, de abordagem qualitativa e delineamento de estudo de caso, utilizou como instrumentos de coleta de dados: checklist, pesquisa bibliográfica e documental, formulário, entrevistas exploratórias e em profundidade. Para a análise, recorreu-se à análise de conteúdo e à análise do discurso. Os resultados evidenciam que, a agroindústria familiar em Juazeiro esteja em processo de consolidação, ainda enfrenta entraves estruturais, normativos e mercadológicos, que limitam sua plena inserção em mercados institucionais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e comércios locais. Como desdobramentos da pesquisa, foram desenvolvidos artigos científicos, uma cartilha educativa, resumos para congressos e o Manual Técnico proposto. Conclui-se que a consolidação da agroindústria familiar em Juazeiro/BA requer uma abordagem sistêmica e intersetorial, com políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às especificidades do contexto produtivo local. As tecnologias sociais demonstram potencial como ferramentas estratégicas para qualificar os processos produtivos, promover a inclusão socioproductiva e fortalecer os Sistemas Agroalimentares Sustentáveis. Nesse cenário, a atuação de instituições como CESOL e IRPAA é decisiva, especialmente na capacitação técnica, adequação sanitária e articulação com os mercados. O protagonismo das mulheres nas agroindústrias familiares desponta como elemento transformador, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional, a valorização da cultura alimentar regional, a geração de renda e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O fortalecimento dessa cadeia produtiva representa, portanto, um caminho promissor para o desenvolvimento socioeconômico sustentável e para a resiliência dos territórios do semiárido baiano.

Palavras-chave: Agricultura familiar, Políticas Públicas, Agroindústria Familiar, Segurança Alimentar e Nutricional, Sustentabilidade

ABSTRACT

The production of artisanal foods and family-run agribusinesses plays a strategic role in supplying the population with food, generating income, valuing women's labor, leveraging seasonal products, and adding value to local agricultural production, especially in rural areas. Like other agrifood systems, this production model must incorporate fundamental principles such as food and nutritional security, environmental sustainability, animal welfare, the valorization of family and female labor, fair trade, and the promotion of public health. Strengthening the agrifood system, based on these pillars, is crucial to ensuring a regular supply of diversified food, using practices that prioritize the reduction of the use of chemical and technological additives, while also contributing to the economic and social development of rural communities. These interconnected elements directly impact the preservation of natural resources, the fight against Chronic Non-Communicable Diseases (NCDs), and the construction of fairer and more sustainable food systems. In this context, this thesis aims to analyze the potential of social technologies as tools for strengthening family agribusiness within the context of Sustainable Agrifood Systems in Juazeiro, Bahia. The research, which adopted a qualitative approach and a case study design, used a checklist, bibliographic and documentary research, a questionnaire, and exploratory and in-depth interviews as data collection instruments. Content and discourse analysis were used for analysis. The results demonstrate that, while family agribusiness in Juazeiro is in the process of consolidation, it still faces structural, regulatory, and market barriers that limit its full integration into institutional markets such as the National School Feeding Program (PNAE) and local businesses. As a result of the research, scientific articles, an educational booklet, abstracts for conferences, and the proposed Technical Manual were developed. It is concluded that the consolidation of family agribusiness in Juazeiro, Bahia, requires a systemic and intersectoral approach, with more inclusive public policies that are sensitive to the specificities of the local production context. Social technologies demonstrate potential as strategic tools for improving production processes, promoting socio-productive inclusion, and strengthening Sustainable Agrifood Systems. In this scenario, the role of institutions such as CESOL and IRPAA is crucial, especially in technical training, sanitary adaptations, and market coordination. The protagonism of women in family agribusinesses emerges as a transformative element, contributing to food and nutritional security, the appreciation of regional food culture, income generation, and the achievement of the Sustainable Development Goals (SDGs). Strengthening this production chain therefore represents a promising path for sustainable socioeconomic development and the resilience of the territories of Bahia's semi-arid region.

Keywords: Family Farming, Public Policies, Family Agribusiness, Food and Nutritional Security, Sustainability

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pilares da sustentabilidade	43
Figura 2 - Mapa do estado da Bahia: município de Juazeiro	46
Figura 3 - Articulação com instituições-chave no desenvolvimento da pesquisa	63
Figura 4 - Comercialização de produtos da agricultura familiar acompanhados pelo CESOL-VSF, expostos no Armazém da Caatinga.	68
Figura 5 – Locais estratégicos de aproximação entre produtores da agroindústria familiar e mercados consumidores de alimentos artesanais.	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Desenho do Estudo	27
Quadro 2 - Principais temas abordados durante a entrevista às instituições chaves	64
Quadro 3: Atores Locais da Agroindustrialização e Produção Artesanal	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CESOL-SSF - Centro Público de Economia Solidária - Sertão do São Francisco

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organização das Nações Unidas

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

IRPAA - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 REVISÃO DE LITERATURA	18
2.1 Agroindústria Familiar Conceito de Sistemas Agroalimentares e Sistemas Agroindustriais	18
2.2 Agroindústria Familiar	20
2.3 Gestão de Agroindústrias Familiares	21
2.5 Comercialização de Produtos da Agroindústria Familiar	25
2.6 Sustentabilidade e Sistemas Agroalimentares	26
2.7 Políticas Públicas para a Agroindústria Familiar	29
2.8 Desenvolvimento Territorial e Agroindústria Familiar	33
2.9 Mercado de Alimentos Orgânicos e de Base Familiar	35
3 JUSTIFICATIVA	37
4 OBJETIVOS	39
4.1 Objetivo Geral	39
4.2 Objetivo Específico	39
5 MATERIAL E MÉTODOS	40
5.1 Desenho do Estudo e local de realização	40
5.2 População a ser estudada	43
5.3 Critérios de Inclusão	43
5.4 Critérios de Exclusão	44
5.5 Métodos	44
5.5.1 Abordagem Qualitativa	47
5.5.2 Estudo de Caso	47
5.5.3 Pesquisa bibliográfica	49
5.5.4 Pesquisa documental	50
5.5.5 Entrevista exploratória	51
5.5.6 Formulário	51
5.5.7 Entrevista em profundidade	54
5.5.8 Aplicação do Check List	56
5.5.9 Preparação e planejamento	56
5.5.9.1 O tópico guia	56
5.5.9.2 Seleção dos(as) entrevistados(as)	58
5.5.11 Análise de conteúdo	59
5.5.11.1 Pré-análise	60
5.5.11.2 Exploração do material	60
5.5.11.3 Tratamento dos resultados, inferência e interpretação	61
5.5.11.4 Análise de discurso	61
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	63
6.2 Desafios identificados	64
6.2.1 Infraestrutura inadequada e descontinuidade de políticas públicas	65
6.2.2 Regularização sanitária e burocracia:	66

6.2.3 Gestão e qualificação:	69
6.2.4 Logística e comercialização:	71
6.3 Oportunidades mapeadas	72
6.4 - Políticas Públicas e Instrumentos Regulatórios	75
6.4.1 Convergências entre o Diagnóstico da Pesquisa e a Atuação do CESOL Sertão do São Francisco	77
6.4.1.1 Apoio técnico estruturado e metodologia participativa	77
6.4.1.2 Limites Observados e Perspectivas de Superação	80
6.4.2 Contribuição do Manual Técnico e Incorporação das Diretrizes Locais	81
6.5 Estratégias de aproximação, desafios e perfis dos empreendimentos da agroindústria familiar entrevistados	81
7. PRODUTOS DA TESE	86
7.1 Elaboração de Cartilhas Técnicas para o Processamento de Alimentos.	86
7.2 Adequação de Rótulos e Embalagens dos Alimentos Comercializados	86
7.3 Publicações Científicas	87
7.4 Manual Técnico	88
8 CONCLUSÃO	90
REFERÊNCIAS	92
APÊNDICE	113
APÊNDICE 1 - Roteiro de Entrevista Estruturada: Análise da Agroindústria Familiar em Juazeiro/BA	113
APÊNDICE 2 - Entrevista Semiestruturada com Responsáveis pelo Desenvolvimento de Produtos da Agroindústria Familiar e Produtos Artesanais	116

1 INTRODUÇÃO

O Sistema agroalimentar é o conjunto de atividades ligadas à produção, processamento, embalagem, distribuição, consumo de alimentos, geração e destinação de resíduos. Inclui os agricultores, pescadores, pecuaristas, indústrias alimentícias, varejistas, restaurantes e consumidores finais. Abrange questões relacionadas à segurança alimentar, sustentabilidade ambiental, bem-estar animal, comercialização e segurança do trabalho. É essencial para garantir o abastecimento de alimentos para a população, assim como para promover o desenvolvimento econômico e social das áreas rurais. Todos estes fatores podem influenciar nas gerações presentes e futuras com a promoção da preservação ambiental, alimentação saudável não monótona, redução da prevalência de Doenças Crônicas não Transmissíveis.

Nos últimos anos, a agroindústria familiar tem desempenhado um papel estratégico no desenvolvimento econômico e na promoção da sustentabilidade social em diversas regiões do Brasil. Em Juazeiro, na Bahia, esse segmento pode contribuir para o fortalecimento da economia local, por meio da produção de alimentos minimamente processados, processados ou alimentos artesanais com menor uso de aditivos, respeitando a sazonalidade e ampliando as possibilidades de consumo de produtos naturais ao longo do ano. A agroindústria familiar na região se destaca por gerar empregos, dinamizar os sistemas agroalimentares locais e valorizar os saberes e práticas culturais associados à alimentação tradicional. Nesse contexto, as mulheres desempenham um papel essencial, seja na gestão dos empreendimentos, na produção artesanal de alimentos ou na transmissão de conhecimentos tradicionais, sendo agentes fundamentais na construção de cadeias produtivas mais sustentáveis e inclusivas.

Valores que, “procuram conciliar a proteção do meio ambiente com o desenvolvimento socioeconômico para a melhoria da qualidade de vida”. Dentre os diversos conceitos de Desenvolvimento sustentável. Contemplando um plano de ação internacional para o alcance dos ODS, desdobrados em 17 objetivos e 169 metas, que abordam diversos temas fundamentais para o desenvolvimento humano, em cinco perspectivas: pessoas, planeta, prosperidade, parceria e paz (Nações Unidas Brasil, 2020).

No entanto, apesar das suas vantagens e potencialidades, a agroindústria familiar em Juazeiro/BA enfrenta uma série de desafios, especialmente no que diz respeito à gestão, modo de preparo, entender e cumprir a legislação, criar a identidade de seu produto, rotulagem e comercialização garantindo os canais de venda. Esses desafios são exacerbados pela complexidade dos sistemas agroalimentares locais, que envolvem desde a produção agrícola até a distribuição, beneficiamento e consumo dos alimentos.

Neste contexto, a presente tese propõe, analisar o potencial das tecnologias sociais como ferramentas de fortalecimento da agroindústria familiar no contexto dos Sistemas Agroalimentares Sustentáveis em Juazeiro/BA. Investigar e propor estratégias eficazes de gestão e planejamento para a comercialização da agroindústria familiar no município. Serão exploradas as principais questões enfrentadas pelos produtores familiares, tais como limitações na gestão, barreiras na comercialização, competitividade frente a grandes agroindústrias, e a integração nos sistemas agroalimentares locais.

Ao compreender esses desafios e identificar oportunidades de melhoria, este estudo visa contribuir para o fortalecimento da agroindústria familiar em Juazeiro/BA, promovendo sua sustentabilidade econômica e sua inclusão nos mercados regionais e nacionais. Além disso, busca-se também fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes e adequadas às necessidades específicas desses empreendimentos familiares.

Dessa forma, a pesquisa não apenas ampliará o conhecimento acadêmico sobre o tema, mas também terá impactos práticos significativos, ao oferecer diretrizes concretas para a promoção do desenvolvimento socioeconômico local através da agroindústria familiar em Juazeiro/BA.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Agroindústria Familiar Conceito de Sistemas Agroalimentares e Sistemas Agroindustriais

A crescente preocupação com a segurança alimentar, a sustentabilidade e a saúde coletiva tem ampliado os debates sobre os sistemas agroalimentares e agroindustriais no Brasil e no mundo. Esses sistemas integram uma série de processos interdependentes que conectam a produção agrícola à mesa do consumidor, passando por etapas de processamento, distribuição e comercialização. Compreender sua estrutura e funcionamento é fundamental para promover transformações positivas nos modos de produção e consumo de alimentos.

Os sistemas agroalimentares são definidos como redes complexas que envolvem o cultivo, a transformação, a distribuição e o consumo de alimentos, levando em conta fatores ambientais, econômicos, culturais e políticos (MORAGUES-FAUS; SONNINO; MARSDEN, 2017). Já os sistemas agroindustriais referem-se à organização das cadeias produtivas que aplicam processos industriais na transformação dos produtos agrícolas, agregando valor à matéria-prima e integrando aspectos logísticos, tecnológicos e mercadológicos (ZYLBERSZTAJN, 2000).

Esses sistemas são compostos por quatro grandes componentes:

Produção – Etapa que compreende o cultivo agrícola ou criação animal, sendo fortemente influenciada por políticas públicas, acesso a recursos naturais, tecnologias e mão de obra.

Processamento – Refere-se à transformação da matéria-prima em produtos alimentícios, exigindo adequações técnicas e sanitárias, além de investimentos em inovação.

Distribuição – Envolve a logística de transporte e armazenamento dos produtos até os mercados consumidores, podendo ocorrer em cadeias curtas (feiras, grupos de consumo) ou longas (supermercados, exportação).

Consumo – Está relacionado aos hábitos alimentares da população, às condições de acesso aos alimentos e às escolhas baseadas em fatores culturais, econômicos e nutricionais.

A dinâmica dos sistemas agroalimentares pode ser analisada sob duas escalas: local e global. No âmbito local, destaca-se o papel da agricultura familiar, dos circuitos curtos de comercialização e das redes de produção agroecológica como estratégias para garantir alimentos saudáveis e fortalecer economias regionais. Essas iniciativas valorizam saberes tradicionais, promovem a inclusão social e reduzem a dependência de insumos externos (AGRO'N'FOOD ACADEMY, 2023).

Por outro lado, no contexto global, observa-se o predomínio de grandes cadeias agroindustriais controladas por corporações transnacionais, que impõem padrões de produção e consumo, muitas vezes incompatíveis com a sustentabilidade ambiental e a diversidade alimentar. Essa dinâmica é marcada pela concentração de mercado, uso intensivo de agroquímicos, monoculturas e externalidades negativas, como o desmatamento e a emissão de gases de efeito estufa (CLAPP, 2016).

A articulação entre o local e o global exige novos modelos de governança alimentar, capazes de promover sistemas mais sustentáveis, resilientes e inclusivos. Segundo o HLPE (2020), os Sistemas Agroalimentares Sustentáveis devem integrar práticas agrícolas sustentáveis, respeito à biodiversidade, inclusão social, justiça alimentar e promoção da saúde coletiva. Nesse sentido, é essencial o fortalecimento de políticas públicas que incentivem a agroindustrialização familiar, a segurança sanitária dos alimentos e a ampliação do acesso a mercados.

O site Agro'n'Food Academy (2023) destaca que sistemas agroalimentares baseados na sustentabilidade são cruciais para a saúde coletiva, pois promovem uma alimentação mais diversificada, segura e nutritiva. Além disso, esses sistemas têm o potencial de enfrentar os desafios das mudanças climáticas e da insegurança alimentar, principalmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica.

Todos estes fatores podem influenciar na promoção da preservação ambiental, de uma alimentação saudável e na diminuição da ocorrência de determinadas doenças, conforme orienta o *Guia Alimentar para a População Brasileira* (BRASIL, 2014), ao destacar a importância de sistemas alimentares que garantam o acesso regular a alimentos in natura ou minimamente processados, seguros e culturalmente apropriados.

Em suma, os sistemas agroalimentares e agroindustriais representam estruturas fundamentais para a organização das sociedades contemporâneas. Sua compreensão exige uma abordagem sistêmica, que considere as interações entre seus componentes e as dinâmicas locais e globais. Investir em práticas sustentáveis, em políticas integradas e em processos participativos é um caminho necessário para garantir o direito humano à alimentação adequada e promover um futuro alimentar mais justo e sustentável.

2.2 Agroindústria Familiar

A agroindústria familiar caracteriza-se pela transformação de produtos agropecuários realizada por membros da família, utilizando predominantemente mão de obra familiar e recursos locais. Essa modalidade produtiva visa agregar valor à produção primária, diversificar as atividades econômicas e fortalecer a autonomia das famílias rurais. No Brasil, a agricultura familiar é responsável por uma significativa parcela da produção de alimentos, sendo essencial para a segurança alimentar e nutricional da população (BRASIL, 2014). Segundo Schneider (2003), a agricultura familiar cumpre papel estratégico ao produzir a maior parte dos alimentos consumidos internamente no país, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, para a permanência das famílias no campo e para a dinamização das economias locais.

Estudos recentes reforçam a importância da agroindústria familiar no contexto do desenvolvimento rural sustentável. Sebastiany e Rotta (2023) destacam que as agroindústrias familiares se constituem, de diferentes formas e em diversos territórios, como espaços de geração de trabalho e renda no cenário do meio rural brasileiro. Essas agroindústrias apresentam potencialidades na geração de trabalho e renda e na melhoria na qualidade de vida dos agricultores. Entretanto, enfrentam limitações relacionadas à adequação à legislação fiscal e sanitária, deficiências em gestão e escassez de recursos financeiros para investimentos. Os autores sugerem que essas deficiências podem ser superadas com a criação de políticas públicas voltadas para o fortalecimento e a expansão das agroindústrias, especialmente no

meio rural, requerendo atuação decisiva do Estado e envolvimento direto dos movimentos e organizações representativas de classe.

O *Guia Alimentar para a População Brasileira* (BRASIL, 2014) incentiva o consumo de alimentos in natura ou minimamente processados, alinhando-se às práticas da agroindústria familiar, que frequentemente oferece produtos com menos aditivos e conservantes, preservando características sensoriais e culturais regionais. Esses alimentos são comumente comercializados em feiras e mercados locais, promovendo circuitos curtos de comercialização e fortalecendo a economia regional.

A agroindústria familiar enfrenta diversos desafios, incluindo a adequação às normas sanitárias e regulatórias, a padronização dos processos produtivos e a obtenção de certificações. A falta de assistência técnica e de recursos financeiros dificulta a conformidade com as exigências legais, resultando, por vezes, na informalidade das atividades. Além disso, a ausência de rotulagem adequada e de informações claras sobre os produtos pode gerar insegurança nos consumidores e limitar o acesso a mercados mais amplos.

Apesar dessas dificuldades, a agroindústria familiar apresenta oportunidades significativas para o desenvolvimento rural sustentável. Ao promover a diversificação das atividades econômicas, gerar empregos locais e valorizar os saberes tradicionais, contribui para a fixação das famílias no campo e para a preservação do meio ambiente. Iniciativas de apoio, como programas de capacitação, acesso a crédito e políticas públicas específicas, são fundamentais para fortalecer esse setor e ampliar sua contribuição para a sustentabilidade rural.

2.3 Gestão de Agroindústrias Familiares

A gestão eficiente das agroindústrias familiares é fundamental para garantir a sustentabilidade econômica, social e ambiental desses empreendimentos. No entanto, muitos enfrentam desafios significativos, como o desperdício de matéria-prima e a perda de oportunidades de comercialização, frequentemente decorrentes da ausência de práticas gerenciais adequadas e do desconhecimento das exigências legais e sanitárias (CARRANO, 2007).

De acordo com a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 27, de 6 de agosto de 2010, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), posteriormente, complementada pela RDC nº 843/2024 e pela IN nº 281/2024, que estabeleceram um novo marco regulatório para a regularização de alimentos e embalagens no Brasil, alguns alimentos são isentos da obrigatoriedade de registro sanitário por não oferecerem risco à saúde da população. Essa isenção visa agilizar processos, facilitar investimentos no setor privado e permitir a introdução de novos produtos no mercado com menor burocracia .

Entretanto, alimentos que não se enquadram nos padrões estabelecidos, como o Padrão de Identidade e Qualidade (PIQ) e os Regulamentos Técnicos (RT), especialmente produtos novos, necessitam de procedimentos especiais para comprovação de qualidade. Isso inclui a apresentação de laudos laboratoriais, referências internacionais, como o *Codex Alimentarius*, e estudos acadêmicos que atestem a segurança e a qualidade do produto (CARRANO, 2007).

Essas exigências foram reafirmadas e atualizadas pela Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 240, de 26 de julho de 2018, que alterou dispositivos da RDC nº 27/2010, estabelecendo critérios mais específicos para a regularização de alimentos e embalagens, incluindo normas para inclusão, alteração e exclusão de produtos nas listas de registro obrigatório ou dispensado. Posteriormente, esse marco regulatório foi complementado pela RDC nº 843, de 1º de setembro de 2024, que define três formas distintas de regularização sanitária: o registro, a notificação à ANVISA e a comunicação aos órgãos locais de vigilância sanitária, conforme o perfil do produto. Para operacionalizar essas diretrizes, foi publicada também a Instrução Normativa (IN) nº 281, de 1º de setembro de 2024, que especifica, em anexos, as categorias de alimentos e embalagens sujeitas a cada forma de regularização. Tais atualizações visam tornar os processos mais claros e acessíveis, especialmente para pequenos produtores, sem comprometer a segurança alimentar e a saúde pública.

A rotulagem nutricional é uma ferramenta essencial para a comunicação entre produtores e consumidores, fornecendo informações sobre a origem, composição nutricional, ingredientes e qualidade dos alimentos. A ANVISA, por meio da RDC nº 429/2020 e da Instrução Normativa (IN) nº 75/2020, estabeleceu novas regras para a

rotulagem nutricional de alimentos embalados, visando facilitar a compreensão das informações e auxiliar os consumidores em escolhas alimentares mais conscientes. As mudanças incluem a adoção da rotulagem nutricional frontal e ajustes na tabela de informações nutricionais .

Para agregar valor aos produtos e facilitar o acesso a mercados, as agroindústrias familiares podem obter certificações e selos que atestam a origem e a qualidade de seus produtos. Entre os principais, destacam-se:

- Selo Nacional da Agricultura Familiar (SENAF): Desenvolvido pela Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), identifica produtos oriundos da agricultura familiar, fortalecendo o segmento perante os consumidores .
- Selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg): Certifica produtos orgânicos, assegurando que foram produzidos conforme as normas estabelecidas para a produção orgânica no Brasil .
- Selo do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC): Parte do Sistema Participativo de Garantia, permite a certificação de produtos orgânicos por meio de um processo participativo, envolvendo produtores, consumidores e outros interessados .

A regularização sanitária e a obtenção de certificações ainda representam desafios para muitas agroindústrias familiares, devido à complexidade dos processos e à falta de assistência técnica especializada. Informações técnicas, muitas vezes de difícil compreensão, dificultam a conformidade com as exigências legais, especialmente na ausência de profissionais capacitados para orientar os produtores.

A implementação de práticas de gestão eficientes, aliada ao cumprimento das exigências legais e à obtenção de certificações, é fundamental para o fortalecimento das agroindústrias familiares. Investimentos em capacitação, assistência técnica e acesso a informações claras e acessíveis são essenciais para promover a sustentabilidade e a competitividade desses empreendimentos no mercado.

2.4 Planejamento Estratégico da Agroindústria Familiar

O planejamento estratégico é uma ferramenta essencial para o fortalecimento da agroindústria familiar, pois permite a definição de metas claras, a alocação eficiente de recursos e a adaptação às mudanças do mercado. Essa prática contribui para o aumento da competitividade e sustentabilidade das unidades produtivas familiares, promovendo o desenvolvimento rural integrado.

Modelos de planejamento estratégico, como o Balanced Scorecard (BSC) e a análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats), têm sido adaptados para a realidade das agroindústrias familiares. Essas ferramentas auxiliam na identificação de pontos fortes e fracos internos, bem como oportunidades e ameaças externas, permitindo a formulação de estratégias mais eficazes (EMBRAPA, 2024).

A aplicação de ferramentas de planejamento, como a matriz de Ansoff e a análise das Cinco Forças de Porter, também tem se mostrado eficaz na identificação de oportunidades de mercado e na avaliação da concorrência. Essas ferramentas permitem que as agroindústrias familiares desenvolvam estratégias de crescimento e diversificação, alinhadas às suas capacidades e ao ambiente externo (MAPA, 2020).

A importância do planejamento estratégico no aumento da competitividade das agroindústrias familiares é evidenciada pela capacidade de antecipar tendências de mercado, adaptar-se às exigências dos consumidores e otimizar processos produtivos. Além disso, o planejamento estratégico facilita o acesso a políticas públicas e programas de apoio, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que oferece linhas de crédito e assistência técnica para a melhoria da gestão e da produção (EMBRAPA, 2024).

Em suma, o planejamento estratégico é fundamental para o sucesso e a sustentabilidade das agroindústrias familiares, pois proporciona uma visão clara do futuro desejado, orienta a tomada de decisões e fortalece a capacidade de adaptação às dinâmicas do mercado e às políticas públicas.

2.5 Comercialização de Produtos da Agroindústria Familiar

A comercialização dos produtos oriundos da agroindústria familiar no Brasil apresenta uma diversidade de canais, políticas públicas de apoio e desafios logísticos que impactam diretamente a inserção desses produtos no mercado e a sustentabilidade econômica das famílias envolvidas (DEGGERONE; SCHNEIDER, 2022).

Os agricultores familiares utilizam uma variedade de canais para comercializar seus produtos, incluindo feiras livres, cooperativas, mercados institucionais e plataformas de e-commerce. As feiras livres são espaços tradicionais que permitem a venda direta ao consumidor, fortalecendo a relação entre produtor e cliente e garantindo preços mais justos. As cooperativas, por sua vez, possibilitam a união de produtores para comercialização em maior escala e acesso a mercados mais amplos. Os mercados institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), representam uma importante via de escoamento da produção, assegurando demanda constante e contribuindo para a segurança alimentar. Com o avanço da tecnologia, o e-commerce tem se consolidado como uma alternativa viável, permitindo que os produtos da agroindústria familiar alcancem consumidores em diferentes regiões, ampliando o mercado e aumentando a renda dos produtores (EMBRAPA, [s. d.]).

O governo brasileiro implementa diversas políticas públicas para apoiar a comercialização da produção da agricultura familiar. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) destina parte dos recursos para a compra de alimentos diretamente de agricultores familiares, incentivando a produção local e promovendo a alimentação saudável nas escolas. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) também desempenha papel fundamental, adquirindo produtos da agricultura familiar para abastecer instituições públicas e formar estoques estratégicos. Além disso, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) oferece linhas de crédito específicas para investimentos em infraestrutura e comercialização, fortalecendo a capacidade produtiva e competitiva das agroindústrias familiares (DEGGERONE; SCHNEIDER, 2022).

Apesar dos avanços, a agroindústria familiar enfrenta desafios significativos relacionados à logística e ao acesso aos mercados. A infraestrutura precária, como estradas em más condições e falta de sistemas adequados de armazenamento e transporte, dificulta o escoamento da produção e aumenta os custos operacionais. Além disso, a burocracia para acesso às políticas públicas e a falta de assistência técnica especializada limitam a capacidade dos produtores de atender às exigências do mercado, como padrões de qualidade e certificações. A pandemia de COVID-19 agravou essas dificuldades, com o fechamento de feiras e a interrupção de canais tradicionais de comercialização, exigindo rápida adaptação dos produtores a novas formas de venda, como o comércio eletrônico (SILVA; FONTOURA; COSTA, 2023).

Em resumo, a comercialização dos produtos da agroindústria familiar no Brasil é um processo complexo que envolve múltiplos canais, políticas públicas de apoio e desafios logísticos. O fortalecimento desse setor requer investimentos em infraestrutura, simplificação do acesso às políticas públicas, capacitação dos produtores e incentivo à diversificação dos canais de venda, incluindo o uso de tecnologias digitais, para garantir a sustentabilidade econômica e social das famílias envolvidas na agroindústria familiar (AGRAER, 2022).

2.6 Sustentabilidade e Sistemas Agroalimentares

A sustentabilidade nos sistemas agroalimentares tem se tornado um tema central nas discussões sobre o futuro da produção de alimentos, especialmente diante dos desafios ambientais e sociais contemporâneos. Práticas sustentáveis na produção agroalimentar buscam equilibrar a necessidade de alimentar a população com a preservação dos recursos naturais e a promoção da justiça social.

A adoção de práticas sustentáveis na produção agroalimentar envolve a implementação de técnicas que minimizam os impactos ambientais e promovem a eficiência no uso dos recursos. Entre essas práticas, destacam-se o uso de adubos orgânicos, a rotação de culturas, o controle biológico de pragas e doenças, e a conservação do solo e da água. Essas abordagens não apenas reduzem a dependência de insumos químicos, mas também contribuem para a saúde do ecossistema agrícola e a qualidade dos alimentos produzidos.

Os sistemas agroindustriais sustentáveis têm papel crucial na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente aqueles que tratam da erradicação da fome (ODS 2), do consumo e produção responsáveis (ODS 12), da ação contra as mudanças climáticas (ODS 13) e da vida terrestre (ODS 15). Tais sistemas abrangem não apenas a produção agrícola, mas também o processamento, distribuição e comercialização de alimentos, baseando-se em princípios ecológicos, sociais e econômicos (FAO, 2023).

A agroindústria sustentável busca integrar tecnologias limpas, práticas agroecológicas e políticas de inclusão social para agregar valor à produção e minimizar impactos ambientais. Segundo a ONU (2024), a transição para sistemas alimentares sustentáveis é essencial para atingir os ODS, exigindo transformações estruturais nas cadeias agroalimentares por meio da inovação, equidade e respeito aos limites ambientais.

No mesmo sentido, Schneider e Cassol (2021) destacam que os sistemas agroindustriais familiares podem impulsionar o desenvolvimento territorial sustentável, sobretudo quando apoiados por políticas públicas integradas, acesso à assistência técnica, infraestrutura e canais de comercialização justos. Esses sistemas fortalecem o papel estratégico dos pequenos produtores na segurança alimentar e no uso sustentável dos recursos naturais.

A FAO (2023) corrobora essa perspectiva ao apontar que a diversificação da produção, o fortalecimento da agroindústria familiar e a valorização dos mercados locais são essenciais para o cumprimento dos ODS, favorecendo a resiliência socioeconômica frente a crises globais. Iniciativas como certificações socioambientais e selos de produção responsável também contribuem para a governança sustentável das cadeias agroindustriais, alinhando práticas produtivas aos princípios da Agenda 2030.

Com base nas atualizações mais recentes da Organização das Nações Unidas (ONU), a Agenda 2030 permanece como o principal plano de ação global voltado ao desenvolvimento sustentável em suas três dimensões fundamentais: ambiental, social e econômica. Apesar de sua adoção em 2015, os desafios persistem, e a

ONU (2015) enfatiza a necessidade de acelerar esforços para o alcance efetivo dos ODS até 2030 (ONU, 2015).

O Relatório Anual da ONU Brasil (2024) evidencia que, embora haja progressos em algumas áreas, muitos dos objetivos caminham lentamente ou sofrem retrocessos, principalmente em razão dos impactos causados pela pandemia da COVID-19 e outras crises sistêmicas. A própria ONU alerta que, sem investimentos significativos e ações coordenadas em larga escala, o cumprimento pleno da Agenda 2030 pode não ser alcançado.

O conceito contemporâneo de sustentabilidade evoluiu do tripé clássico, como: ambiental, social e econômico, para uma visão multidimensional, que integra fatores culturais, políticos, institucionais, tecnológicos e territoriais como pode ser observado no quadro 1. Essa abordagem reflete a necessidade de sistemas capazes de manter a vida, promover a equidade e regenerar os ecossistemas, articulando o local e o global.

Quadro 1 – Pilares da sustentabilidade.

Dimensão	Foco principal	Autores / Fontes (ano de publicação)
Ambiental	Regeneração ecológica e bioeconomia	SACHS, Ignacy (2002); DALY, Herman (1991); OECD (2024)
Econômica	Economia solidária e verde	SEN, Amartya (1999); PEARCE, David; MARKANDYA, Anil; BARBIER, Edward (1989); SACHS, Ignacy (2002)
Social	Equidade, inclusão, bem-estar	SACHS, Ignacy (2002); SEN, Amartya (1999); ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU (2015)
Política / Institucional	Governança participativa	BURSZTYN, Marcel; BURSZTYN, Maria (2012); OECD (2024)
Territorial	Planejamento e identidade local	SACHS, Ignacy (2008); VEIGA, José Eli da (2010)
Cultural	Saberes tradicionais, diversidade	SACHS, Ignacy (2002); UNESCO (2010)

Tecnológica / Inovação	Inovação limpa e digitalização	EARTH4ALL (2022); OECD (2024)
-----------------------------------	--------------------------------	-------------------------------

Os sistemas agroalimentares convencionais têm sido associados a diversos impactos ambientais negativos, como a degradação do solo, a contaminação da água e a perda de biodiversidade. Além disso, esses sistemas podem gerar desigualdades sociais, afetando negativamente as comunidades rurais. Em contrapartida, a adoção de práticas sustentáveis busca mitigar esses impactos, promovendo a conservação ambiental e o desenvolvimento social. Por exemplo, a implementação do Sistema de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) em unidades familiares no Distrito Federal demonstrou melhorias significativas na qualidade do solo e na redução do uso de insumos químicos, contribuindo para a sustentabilidade ambiental e o fortalecimento da agricultura familiar (MUNOZ et al., 2020).

A agroecologia e a produção orgânica representam abordagens fundamentais para a construção de sistemas agroalimentares sustentáveis. A agroecologia, como ciência e prática, integra conhecimentos tradicionais e científicos para desenvolver sistemas agrícolas resilientes, diversificados e socialmente justos. Já a produção orgânica, regulamentada por legislações específicas, enfatiza a ausência de insumos sintéticos e a promoção da saúde do solo e dos ecossistemas. Ambas as abordagens compartilham princípios comuns e têm demonstrado potencial para transformar os sistemas alimentares, promovendo a segurança alimentar, a conservação ambiental e a equidade social (BATISTA; STOFFEL, 2022).

Em suma, a sustentabilidade nos sistemas agroalimentares requer uma mudança paradigmática que valorize práticas agrícolas ecológicas, socialmente inclusivas e economicamente viáveis. A promoção da agroecologia e da produção orgânica, aliada a políticas públicas de apoio e à conscientização dos consumidores, é essencial para a construção de um futuro alimentar mais justo e sustentável.

2.7 Políticas Públicas para a Agroindústria Familiar

A agroindústria familiar desempenha um papel crucial no desenvolvimento rural sustentável do Brasil, promovendo a geração de renda, a segurança alimentar e a valorização das culturas locais. Para fortalecer esse setor, diversas políticas públicas têm sido implementadas nos últimos anos, abrangendo programas de apoio governamental, linhas de financiamento específicas e o envolvimento de instituições locais (EMBRAPA, 2020).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é uma das principais iniciativas voltadas para o apoio à agroindústria familiar. Entre suas linhas de crédito, destacam-se: o Pronaf Agroindústria, que financia investimentos em beneficiamento, armazenagem e comercialização; o Pronaf Mais Alimentos, voltado à modernização da infraestrutura produtiva; e o Pronaf Bioeconomia, que incentiva práticas sustentáveis como a energia renovável e a recuperação do solo (BNDES, 2025).

Além do Pronaf, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são fundamentais para a comercialização dos produtos da agroindústria familiar, garantindo mercados institucionais e promovendo a segurança alimentar e nutricional (EMBRAPA, 2020).

O Plano de Segurança Alimentar e Nutricional, instituído em 1991, foi incluído na agenda política com pouca estrutura, apresentando baixo poder de cobertura, poucos recursos e institucionalidade frágil (IPEA, 2014). Um marco importante foi a Proposta de Emenda Constitucional nº 047/2003, que propôs a inclusão do direito humano à alimentação como direito social na Constituição Federal, aprovada como Emenda Constitucional nº 64/2010. Essa conquista foi determinante para a consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), responsável pela implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), em todos os níveis federativos.

Outro marco importante foi a promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que estabeleceu as bases legais para a promoção de práticas alimentares saudáveis, sustentáveis e respeitosas à diversidade cultural. No art. 3º, destaca-se o compromisso com a sustentabilidade ambiental, cultural, econômica e social; e, no art. 4º, a valorização da agricultura familiar e tradicional

como estratégias prioritárias para a garantia do direito humano à alimentação adequada.

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2024–2025 destinou R\$ 76 bilhões em crédito rural, com juros reduzidos para alimentos básicos e linhas especiais para agricultores familiares. O plano também contempla assistência técnica, extensão rural e apoio à transição agroecológica (AGÊNCIA GOV, 2024).

Outro destaque é o Programa Agroamigo, do Banco do Nordeste, que oferece microcrédito produtivo orientado para agricultores familiares. A metodologia do programa valoriza o acompanhamento técnico e a adequação dos financiamentos à realidade local, sendo referência no Nordeste brasileiro (BANCO DO NORDESTE, 2025).

As instituições locais, como cooperativas, associações e serviços de assistência técnica e extensão rural, desempenham papel essencial na efetivação das políticas públicas. Elas facilitam o acesso ao crédito, promovem capacitações e fortalecem as redes de comercialização. Um exemplo é o projeto das Casas Familiares Rurais em Anapu e Pacajá (PA), que implantou unidades de produção agropecuária e agroflorestal, promovendo inclusão produtiva e sustentabilidade regional (IPAM, 2024).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um dos principais instrumentos da Política de Segurança Alimentar e Nutricional. A Resolução nº 6/2020, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizou as normas para sua execução, ampliando a oferta de alimentos naturais e restringindo os produtos processados. A medida também exige a inclusão de alimentos regionais e saudáveis, com fornecimento mínimo de alimentos fonte de ferro heme quatro vezes por semana, e proíbe o uso de ultraprocessados e aditivos artificiais na alimentação de crianças de até três anos. As mudanças alinham-se às recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira e de organismos internacionais como a OPAS.

Essa resolução foi posteriormente atualizada pela Resolução FNDE nº 3, de 4 de fevereiro de 2025, que introduziu mudanças significativas nas normas do PNAE.

As principais alterações trazidas pela Resolução FNDE nº 3/2025 incluem:

- Redução do limite de alimentos processados e ultraprocessados no cardápio das escolas públicas de 20% para 15% em 2025, com uma meta de redução para 10% em 2026.
- Inclusão de grupos formais e informais de mulheres na prioridade de compra dos 30% da Agricultura Familiar destinados à alimentação escolar, promovendo maior equidade de gênero nas políticas públicas de alimentação.

No eixo da execução dos recursos financeiros, a normativa atualizada do PNAE estabelece que os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do programa poderão ser utilizados em qualquer etapa e modalidade de ensino. Além disso, regulamenta a utilização do Cartão PNAE, instrumento operacional que visa otimizar a gestão e a transparência dos repasses.

O texto normativo também aborda aspectos relacionados à agricultura familiar, como a necessidade de devolução dos percentuais de recursos não executados e a obrigatoriedade da divulgação das chamadas públicas, promovendo maior controle e incentivo à participação dos agricultores familiares no fornecimento da alimentação escolar.

Além dessas alterações operacionais, a resolução passou por adequações de linguagem e atualização de diretrizes, com o objetivo de alinhar-se às recomendações das entidades executoras e às políticas públicas mais recentes de promoção da saúde. Entre os documentos de referência utilizados estão o Guia Alimentar para a População Brasileira, elaborado pelo Ministério da Saúde, e os parâmetros da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), como o Plano de Ação para a Prevenção da Obesidade em Crianças e Adolescentes e o Modelo de Perfil Nutricional.

Durante a pandemia de COVID-19, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) também passou por adaptações legais. A Lei nº 13.987/2020 autorizou a distribuição direta de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do programa aos estudantes beneficiários. Em complemento, o FNDE regulamentou a

operacionalização dessa medida emergencial por meio de resoluções específicas, que também contemplaram orientações sobre a continuidade das compras da agricultura familiar durante o período.

O PNAE, sob responsabilidade do FNDE, tem como objetivo garantir o direito à alimentação saudável e adequada aos estudantes da educação básica pública, com a utilização de alimentos variados, seguros e que respeitem os hábitos alimentares e a cultura local. A ação contribui para o crescimento, desenvolvimento e rendimento escolar dos alunos, inclusive daqueles que necessitam de atenção nutricional específica, de acordo com sua faixa etária e estado de saúde.

Para isso, o governo federal repassa recursos financeiros de caráter suplementar aos estados, municípios e escolas federais, visando cobrir 200 dias letivos anuais, com base no número de matrículas de cada rede de ensino.

Essas mudanças visam aprimorar a qualidade nutricional das refeições oferecidas nas escolas públicas e fortalecer a participação da agricultura familiar, especialmente de grupos tradicionalmente menos favorecidos, como as mulheres agricultoras.

O fortalecimento da agroindústria familiar está diretamente relacionado à consolidação de um arcabouço legal e institucional de políticas públicas voltadas para a promoção da segurança alimentar e nutricional, a sustentabilidade e a valorização das práticas produtivas locais.

2.8 Desenvolvimento Territorial e Agroindústria Familiar

A agroindústria familiar exerce um papel estratégico no desenvolvimento territorial sustentável, ao articular dimensões econômicas, sociais, ambientais e culturais do território onde está inserida. Ao promover a valorização de saberes locais, a geração de renda e a diversificação das economias rurais, ela fortalece a identidade e a autonomia dos territórios, contribuindo para sua resiliência frente às dinâmicas globais.

Sua integração aos sistemas agroalimentares locais reforça os circuitos curtos de comercialização, estimula práticas agroecológicas e contribui diretamente para a

segurança alimentar e nutricional das populações, ao valorizar alimentos frescos, sazonais e produzidos com base no conhecimento local. Dessa forma, a agroindústria familiar se apresenta como uma expressão concreta da territorialização das políticas públicas e da economia solidária.

Estudos indicam que a agroindústria familiar é uma estratégia eficaz para agregar valor à produção agrícola, permitindo que famílias transformem matérias-primas em produtos com maior valor de mercado. Esse processo não só aumenta a renda, como também fortalece os laços comunitários e a identidade cultural, elementos fundamentais para o fortalecimento do território como espaço de vida e produção (PASSINI et al., 2024).

A relação entre agroindústria familiar e desenvolvimento territorial se evidencia na capacidade dessas iniciativas de dinamizar economias locais, promover a inclusão produtiva e estimular a inovação social. A valorização de produtos regionais, aliada à construção de marcas territoriais, fomenta uma economia baseada na diversidade e na sustentabilidade, contribuindo para o protagonismo das comunidades rurais (SOUZA; FORNAZIER; DELGROSSI, 2020).

Nesse contexto, políticas públicas de desenvolvimento local são fundamentais. A implementação de programas voltados para a agricultura familiar, como o acesso a crédito, assistência técnica, compras públicas e capacitação, tem favorecido a inserção da produção familiar em mercados locais e institucionais, promovendo a integração territorial e o fortalecimento das redes socioeconômicas locais (NUNES et al., 2020).

Além disso, a adoção de práticas sustentáveis e da agroecologia é uma marca essencial das agroindústrias familiares, pois alia a preservação ambiental à produção de alimentos saudáveis. Essas ações refletem uma abordagem territorial do desenvolvimento, em que se considera o uso adequado dos recursos naturais, o protagonismo local e a valorização das especificidades culturais e ecológicas de cada região (SCHWAB et al., 2022).

Em suma, a agroindústria familiar é um vetor-chave para o desenvolvimento territorial sustentável, pois promove a articulação entre produção, cultura, meio ambiente e inclusão social. Seu fortalecimento requer apoio institucional contínuo,

políticas públicas integradas e reconhecimento dos saberes e práticas locais, elementos essenciais para a construção de territórios mais justos, diversos e resilientes.

2.9 Mercado de Alimentos Orgânicos e de Base Familiar

O mercado de alimentos orgânicos no Brasil tem apresentado crescimento significativo, impulsionado por uma demanda crescente por produtos saudáveis, sustentáveis e de origem rastreável. Esse cenário tem se mostrado promissor para a agricultura familiar, responsável por grande parte da produção orgânica nacional. Em 2020, o setor movimentou cerca de R\$ 5,8 bilhões, o que representou um aumento de 30% em relação ao ano anterior, evidenciando o avanço da consciência alimentar dos consumidores brasileiros (CI ORGÂNICOS, 2021). Embora o setor de orgânicos no Brasil tenha registrado um crescimento expressivo de aproximadamente 30% em 2020. Em 2021, a taxa de crescimento ficou entre 10% e 15%, com uma leve desaceleração observada em 2022. No cenário internacional, o mercado global de alimentos orgânicos atingiu a marca de US\$ 150 bilhões em 2023, com os Estados Unidos, França e Alemanha liderando o consumo e o investimento nesse segmento. No Brasil, embora o mercado ainda represente uma fração modesta desse total, as estimativas indicam que o setor movimentou cerca de R\$ 7 bilhões em 2023, evidenciando um avanço contínuo, ainda que em ritmo mais moderado (AGROZIL, 2023; ORGANIS, 2023).

A agricultura familiar é composta por pequenos produtores, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais, extrativistas, povos indígenas e comunidades quilombolas. Este setor representa 77% dos estabelecimentos rurais do país e é responsável por 67% da força de trabalho no campo e por grande parte da produção de alimentos essenciais ao consumo interno (IBGE, 2017).

A certificação é um fator essencial para o fortalecimento desse mercado. No Brasil, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) reconhece três formas principais: a certificação por auditoria, o sistema participativo de garantia e o controle social para venda direta. Esses mecanismos permitem o acesso de pequenos

agricultores ao mercado formal, incentivando a inclusão produtiva e a diversificação econômica (MAPA, 2023).

Além disso, o consumo consciente e as políticas públicas voltadas ao fortalecimento da produção local têm contribuído para a valorização dos produtos da agricultura familiar. Iniciativas como feiras orgânicas, grupos de consumo responsável e circuitos curtos de comercialização promovem a aproximação entre produtores e consumidores, fortalecendo a economia local e a sustentabilidade ambiental (INSTITUTO KAIROS, 2021).

A agroindustrialização desses produtos permite agregar valor à matéria-prima, gerando renda, dinamizando economias locais e promovendo a soberania alimentar. Essa prática, baseada no saber-fazer tradicional e em tecnologias sociais, estimula o desenvolvimento de produtos artesanais e sustentáveis, conforme os princípios da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) (NAÇÕES UNIDAS, 2020).

Contudo, o acesso ao mercado formal ainda é limitado pela burocracia e pela dificuldade de regularização das agroindústrias familiares. A legislação vigente, como a Lei nº 11.947/2009, que determina a compra mínima de 30% de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é uma importante ferramenta, mas esbarra em entraves como falta de capacitação técnica, exigências sanitárias e ausência de registro dos produtos em órgãos competentes como ANVISA, MAPA e Vigilância Sanitária (FNDE, 2024).

Nesse contexto, torna-se necessário fortalecer políticas públicas que promovam o acesso à informação, capacitação sobre Boas Práticas de Fabricação, rotulagem nutricional adequada e comercialização responsável. Essas ações são fundamentais para garantir a segurança dos alimentos, reduzir o desperdício de matéria-prima e valorizar produtos regionais com identidade cultural e ecológica.

Portanto, o fortalecimento da agroindústria familiar, aliado a uma política de certificação acessível, consumo consciente e apoio institucional, é essencial para

promover o desenvolvimento rural sustentável, com foco na inclusão social, na valorização dos saberes locais e na preservação ambiental.

3 JUSTIFICATIVA

A agroindústria familiar tem ganhado destaque como um vetor estratégico para o desenvolvimento sustentável, sobretudo em regiões do Semiárido brasileiro, como Juazeiro/BA. Sua atuação se insere diretamente no contexto dos sistemas agroalimentares sustentáveis, ao promover a transformação de alimentos de base vegetal, respeitando as tradições locais, a sazonalidade e os recursos naturais. No entanto, para que esse segmento avance na sua integração aos mercados institucionais e formais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é imprescindível que os produtos beneficiados atendam às exigências legais quanto à qualidade sanitária, rotulagem e regularização produtiva.

O processamento de alimentos impacta diretamente o valor nutricional e sensorial do produto, além de influenciar na percepção de segurança e qualidade por parte do consumidor. Nesse sentido, a conformidade com as normas de Boas Práticas de Fabricação (BPF) é um requisito fundamental para viabilizar a comercialização em canais institucionais. No entanto, muitos empreendimentos familiares enfrentam dificuldades para compreender, aplicar e manter essas exigências técnicas, o que acaba limitando seu acesso a mercados promissores e, por consequência, sua sustentabilidade econômica e social.

A Lei nº 11.947/2009, ao destinar no mínimo 30% dos recursos do PNAE para a compra direta de alimentos da agricultura familiar, representa uma política pública essencial para o fortalecimento dos sistemas produtivos locais. Todavia, essa oportunidade não se concretiza plenamente para diversas agroindústrias familiares, que não conseguem cumprir os requisitos legais exigidos para fornecer ao programa. Esse cenário evidencia a urgência de iniciativas de apoio técnico e metodológico que promovam a adequação produtiva, a formalização e o fortalecimento desses empreendimentos.

A constante atualização das normas sanitárias e de rotulagem, somada à escassez de assistência técnica especializada, acentua ainda mais a exclusão desses grupos do mercado formal. A elaboração de um Manual Técnico, como tecnologia social, visa justamente preencher essa lacuna, oferecendo orientações práticas e contextualizadas que respeitem a realidade local, promovam o uso racional de recursos e incentivem a regularização produtiva sem comprometer a identidade cultural e ambiental dos produtos.

Além disso, o envolvimento de profissionais como nutricionistas no planejamento e monitoramento da alimentação escolar é essencial para garantir a qualidade nutricional dos alimentos e apoiar o processo de adequação técnica dos produtos oriundos da agricultura familiar. Essa colaboração fortalece a intersetorialidade entre saúde, educação, agricultura e desenvolvimento regional, conforme preconizado pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com destaque para as dimensões de Pessoas, Planeta, Prosperidade, Parcerias e Paz.

Portanto, a presente tese justifica-se pela relevância de propor estratégias práticas que contribuam para a superação dos principais gargalos enfrentados pela agroindústria familiar de Juazeiro/BA, fortalecendo sua inclusão nos sistemas agroalimentares locais e programas públicos de compras. A proposta busca também fomentar a Segurança Alimentar e Nutricional das populações atendidas pelo PNAE, por meio da valorização de produtos regionais como geleias, tapiocas, doces e sequilhos — muitos dos quais, apesar de sua qualidade e potencial, ainda estão à margem do mercado formal por falta de adequações mínimas exigidas pela legislação vigente.

Assim, o estudo visa não apenas produzir conhecimento acadêmico, mas também oferecer resultados de impacto prático e social, contribuindo para a promoção da sustentabilidade econômica, ambiental e cultural da agroindústria familiar no contexto dos Sistemas Agroalimentares Sustentáveis em Juazeiro/BA.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Analisar o potencial das tecnologias sociais como ferramentas de fortalecimento da agroindústria familiar no contexto dos Sistemas Agroalimentares Sustentáveis em Juazeiro/BA

4.2 Objetivo Específico

- Analisar o atual cenário da agroindústria familiar em Juazeiro/BA, identificando seus principais desafios e oportunidades.
- Estudar as políticas públicas e regulamentações relacionadas à comercialização de produtos da agroindústria familiar na região.
- Avaliar os modelos de gestão utilizados por agroindústrias familiares bem-sucedidas em outras localidades, buscando boas práticas aplicáveis a Juazeiro/BA.
- Desenvolver um plano de ação para melhorar a gestão e a comercialização dos produtos da agroindústria familiar, considerando as especificidades locais.
- Propor recomendações para fortalecer a integração dos produtores familiares nos sistemas agroalimentares locais, visando aumentar sua competitividade e sustentabilidade.

5 MATERIAL E MÉTODOS

5.1 Desenho do Estudo e local de realização

O estudo será desenvolvido no município de Juazeiro-BA, junto às empresas que realizam assistência técnica aos produtores da agricultura familiar que processam produtos de forma artesanal e as empresas beneficiadoras. Serão realizadas visitas aos locais de comercialização e às feiras promovidas para divulgação desses produtos, assim como entrevistas a produtores.

Juazeiro-BA é um município brasileiro que localiza-se na Mesorregião do Vale São-Franciscano da Bahia e na Microrregião de Juazeiro. Segundo o Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população estimada em 2024 é de 254.481 habitantes. O município é composto pelos distritos de Juazeiro, Carnaíba do Sertão, Itamotinga, Junco, Juremal e Massaroca. A economia de Juazeiro, na Bahia, é baseada na agricultura, pecuária, comércio e serviços. É considerado um dos principais centros produtores de frutas tropicais do país e um pólo agroindustrial do território do Sertão do São Francisco.

O Governo da Bahia reconhece a existência de 27 Territórios de Identidade, dentre eles, Juazeiro faz parte do território do Sertão do São Francisco, formado pelos municípios de Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho, Uauá. Os territórios são constituídos a partir da especificidade de cada região. Sua metodologia foi elaborada com foco no sentimento de pertencimento, envolvendo as comunidades e suas representações no processo de tomada de decisão. O território, definido geograficamente e geralmente contínuo, é caracterizado por múltiplos fatores, como ambiente, economia, sociedade, cultura, política e instituições. Nele, a população é composta por grupos sociais distintos que interagem interna e externamente por meio de processos específicos, manifestando elementos que refletem identidade, coesão social. (BAHIATER, 2017) e (CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DA BAHIA, 2025).

Representantes da Cesol, IRPAA, Armazém da Caatinga e Adesba foram entrevistados utilizando as ferramentas metodológicas para captação de informações propostas no trabalho.

A CESOL-SSF é a sigla para Centro Público de Economia Solidária Sertão do São Francisco que realiza assistência técnica para 192 empreendimentos de Economia Solidária e da Agricultura Familiar, com 1246 famílias beneficiadas, em 10 cidades do território Sertão do São Francisco: Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Uauá. É um projeto vinculado à Secretaria do Trabalho, Emprego e Renda do Estado da Bahia (SETRE), gerido pela Associação de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Estado da Bahia (ADESBA). Os empreendimentos atendidos contam com um suporte técnico especializado da equipe do CESOL-SSF, que inclui qualificação dos produtos, análise e aprimoramento das embalagens e rótulos, estratégias de marketing e publicidade digital, baseado na cooperação, no respeito ao meio ambiente e na valorização dos saberes tradicionais e ancestrais. (ADESBA, 2025). A ADESBA busca fomentar a geração de renda, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável, promovendo um modelo econômico mais justo e colaborativo para os trabalho,

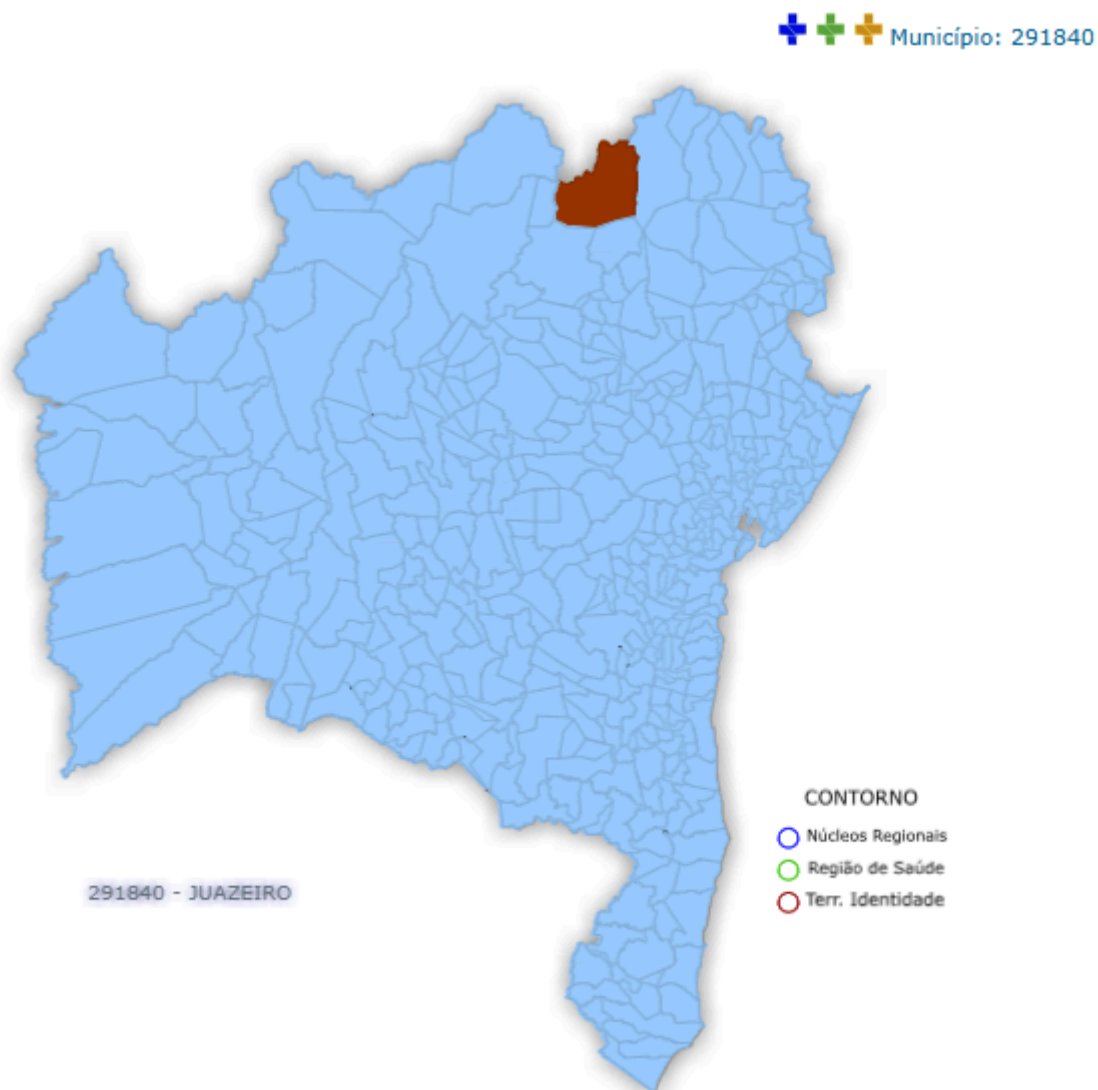
O IRPAA - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada, com 34 anos de fundação, é uma Organização Não Governamental sediada em Juazeiro, na Bahia. Preocupados com a Convivência com o Semiárido, essa é sua principal meta. Procuram desenvolver soluções eficazes, que respeitam as características do povo e das terras desta região, são as alternativas que o instituto oferece através de seus diversos projetos (IRPAA,2025).

O Armazém da Caatinga, localizado em Juazeiro-BA, fica próximo às margens do Rio São Francisco em um Polo gastronômico, conhecido de Vila Bossa Nova. É um espaço de comercialização de produtos das cooperativas, grupos e associações rurais de diversos territórios do Brasil, em especial do Estado da Bahia. O Armazém é composto por um empório especializado em produtos da agricultura familiar, restaurante de identidade tradicional nordestina e espaço para a realização da Feira Agroecológica e Orgânica. O espaço conta com a parceria e gestão da Central de

Comercialização das Cooperativas da Caatinga (Central da Caatinga), que é uma rede de comercialização que representa 14 cooperativas, 27 associações comunitárias e comercializa produtos de, pelo menos, 20 empreendimentos da Agricultura Familiar. O propósito da Central da Caatinga por meio desta iniciativa, visa fortalecer a agricultura familiar, promover a comercialização socialmente justa e solidária, valorizando toda cadeia produtiva, do campo até a mesa, gerando emprego e renda com retorno social e econômico para comunidades rurais e seus pequenos produtores.

O espaço conta com a parceria e gestão da Central de Comercialização das Cooperativas da Caatinga (Central da Caatinga), que é uma rede de comercialização que representa 14 cooperativas, 27 associações comunitárias e comercializa produtos de, pelo menos, 20 empreendimentos da Agricultura Familiar. Visa fortalecer a agricultura familiar, promover a comercialização socialmente justa e solidária, valorizando toda cadeia produtiva, do campo até a mesa, gerando emprego e renda com retorno social e econômico para comunidades rurais e seus pequenos produtores. A implantação do Armazém é uma estratégia do Governo da Bahia de desenvolvimento territorial e articulação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos da agricultura familiar e da economia solidária. Para tanto, o Governo da Bahia investiu 3,4 milhões de reais para reforma, adequação e estruturação do espaço, por meio do Pró-Semiárido, projeto executado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) com cofinanciamento do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida) (ARMAZÉM DA CAATINGA, 2025).

Figura 1 - Mapa do estado da Bahia: município de Juazeiro



Fonte: Governo do Estado da Bahia (2025).

5.2 População a ser estudada

Agricultores familiares, que beneficiem produtos que plantam e que compram de outra família, de forma artesanal, por cooperativas ou agroindústria familiar, alimentos de origem vegetal em Juazeiro-BA.

5.3 Critérios de Inclusão

- Agricultores familiares maiores de 18 anos;
- Pessoas que atuem em Juazeiro-BA e produzam ou trabalhem no processamento e comercialização de produtos beneficiados para o PNAE;

- Voluntários que aceitem participar do estudo e assinem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Assentimento.
- Representantes da Secretaria de Educação, Nutricionista ou responsável técnica.
- Pessoas maiores de 18 anos;
- Profissionais que atuem em Juazeiro-BA na gestão e acompanhamento de compras do PNAE;
- Representantes de ONG's, Cooperativas, Centro de Economia Solidária;
- Beneficiadores de alimentos de origem vegetal.

5.4 Critérios de Exclusão

Serão excluídos Produtores que comercializem produtos não produzidos através da Agroindústria familiar e que a Agroindústria não esteja localizada em Juazeiro- BA e beneficiadores de produtos de origem animal.

5.5 Métodos

Durante a execução do trabalho foi utilizada uma abordagem qualitativa, localizando a pesquisa enquanto estudo de caso, as escolhas técnicas e metodológicas que se utilizou para a construção desta pesquisa são para a coleta de dados: exame de documentos públicos, checklist, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, formulário, entrevista exploratória e em profundidade com observações e conversas no cotidiano dos beneficiadores e para a análise de dados foram compreendidos a partir de estudo de práticas discursivas: análise de conteúdo e análise de discurso.

Anterior à realização das entrevistas, foi necessário dedicar um tempo a preparação e planejamento, o que para Gaskell (2012) inclui a criação do tópico guia e a seleção dos entrevistados.

Com cinco objetivos específicos, as metodologias foram delineadas, conforme as metas a serem alcançadas.

Objetivo 1: Analisar o atual cenário da agroindústria familiar em Juazeiro/BA, identificando seus principais desafios e oportunidades.;

Para a construção do objetivo 1, foram utilizadas as seguintes metodologias: entrevista exploratória, em profundidade, o formulário, pesquisa bibliográfica, documental e exames de documentos públicos.

Objetivo 2: Estudar as políticas públicas e regulamentações relacionadas à comercialização de produtos da agroindústria familiar na região.

Para a construção do objetivo 2, foram utilizadas as seguintes metodologias: pesquisa bibliográfica, documental e exames de documentos públicos.

Objetivo 3: Avaliar os modelos de gestão utilizados por agroindústrias familiares bem-sucedidas em outras localidades, buscando boas práticas aplicáveis a Juazeiro/BA.

Para a construção do objetivo 3, foram utilizadas as seguintes metodologias: formulário.

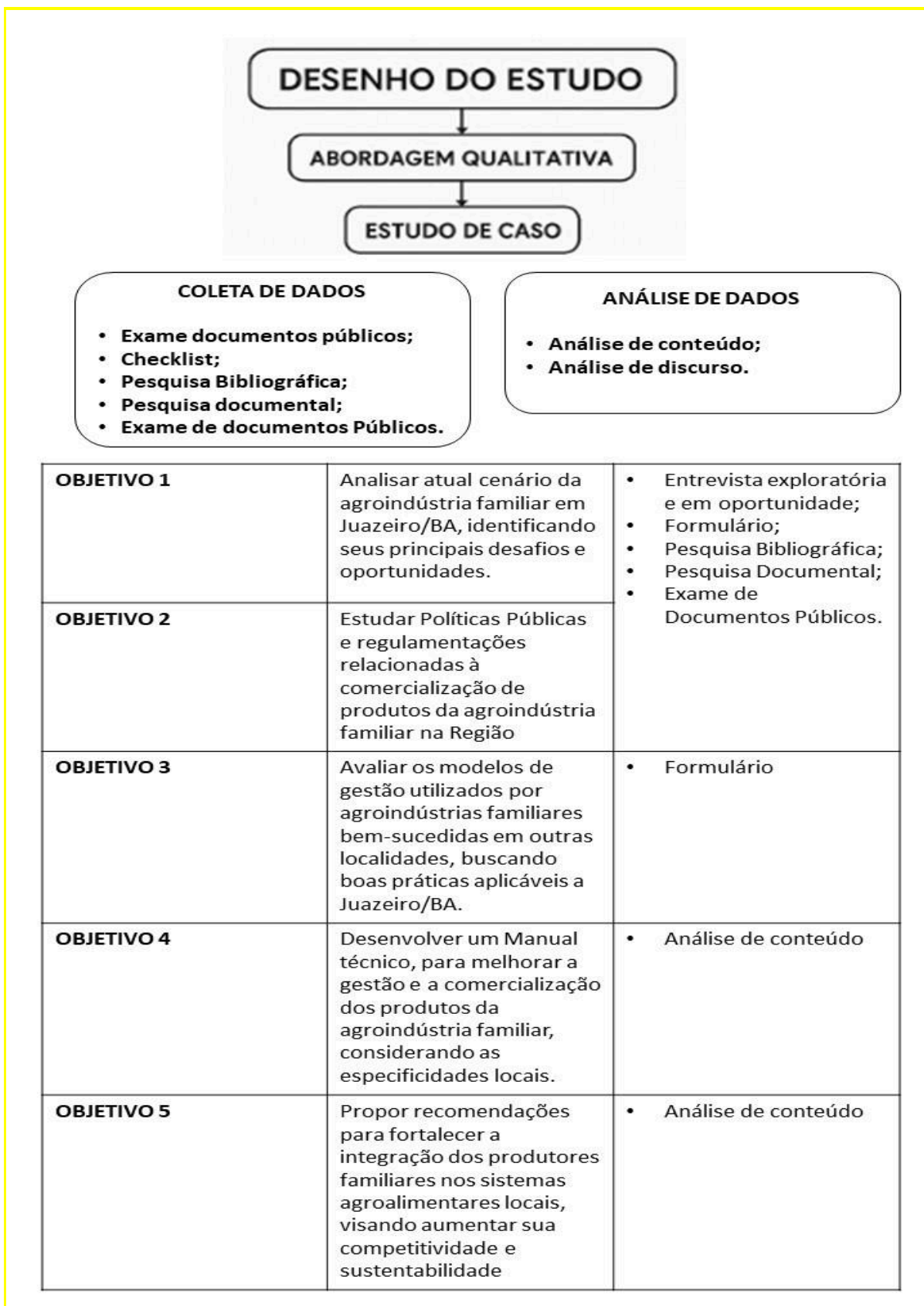
Objetivo 4 - Desenvolver um Manual técnico, para melhorar a gestão e a comercialização dos produtos da agroindústria familiar, considerando as especificidades locais.

Para a construção do objetivo 4, foram utilizadas as seguintes metodologias: Análise de conteúdo.

Objetivo 5 - Propor recomendações para fortalecer a integração dos produtores familiares nos sistemas agroalimentares locais, visando aumentar sua competitividade e sustentabilidade.

Para a construção do objetivo 5, foram utilizadas as seguintes metodologias: Análise de conteúdo.

Figura 2 - Desenho do Estudo



Fonte: Autoria própria.

5.5.1 Abordagem Qualitativa

A pesquisa adotou a abordagem qualitativa por compreender que os fenômenos sociais não podem ser explicados apenas por métodos das ciências naturais, como defende a abordagem nomotética. A perspectiva qualitativa considera a ação humana como intencional e carregada de significado, sendo necessário compreender os motivos e razões dos sujeitos em seus contextos sociais. Autores como Fraser e Gondim (2004) e Dilthey ressaltam a importância da interpretação histórica e simbólica nas ciências sociais, defendendo que os sentidos atribuídos pelos sujeitos – sejam subjetivos ou intersubjetivos – são centrais para a análise das interações sociais.

Optar pela abordagem qualitativa significa reconhecer que todo objeto de estudo é histórico, ideológico e construído nas relações humanas. Conforme Lima e Miotto (2007), a realidade social é mais complexa do que as generalizações teóricas e carrega intencionalidades e visões de mundo. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa assume um caráter crítico e emancipatório (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2012), na medida em que busca compreender como os sujeitos interpretam o mundo. Assim, a investigação torna-se uma atividade científica articulada à vida prática, atualizando o pensamento e conectando teoria e ação (MINAYO, 2001 apud LIMA; MIOTTO, 2007).

5.5.2 Estudo de Caso

Como a avaliação realizada neste estudo está centrada em uma realidade territorial específica, o município de Juazeiro, localizado no semiárido baiano, optou-se por analisar os sistemas agroalimentares com foco nos processos de comercialização, processamento, distribuição e consumo de alimentos de origem vegetal, produzidos de forma artesanal ou por meio de agroindústrias familiares que utilizam matéria-prima oriunda da agricultura familiar. Diante dessa delimitação territorial, este trabalho caracteriza-se como um estudo de caso, o que, segundo Gerring (2004), citado por Gondim et al. (2005), consiste em uma investigação intensiva de uma unidade singular (ou de um fenômeno bem delimitado), sendo especialmente

apropriada para esclarecer uma ampla gama de unidades semelhantes. A unidade de análise de um estudo de caso pode envolver indivíduos, grupos sociais, localidades ou instituições.

Eisenhardt citada por Gondim et al. (2005), autora bastante afinada com o princípio de que o estudo de caso é útil à construção de hipóteses e teorias, define estudo de caso como uma estratégia de pesquisa que foca sobre o entendimento da dinâmica presente dentro de um contexto ou cenário singular. Suas principais finalidades são a de descrever o fenômeno, gerar teorias e testá-las. Segue afirmando que para a construção de boas teorias, o estudo de caso precisa estar atento a dois aspectos: demarcar adequadamente o escopo do problema e definir os potenciais fatores ou variáveis a serem observados, não se preocupando em formular, a princípio, relações de implicação, do tipo causa e efeito, entre essas variáveis. Propõe, ainda, que os casos devam ser escolhidos muito mais por razões teóricas (perguntas não respondidas pelas teorias e inconsistências nelas percebidas no confronto com a realidade), do que por razões estatísticas (um caso que ilustra o que é estatisticamente representativo).

De acordo com Gondim et. al (2005), Stake (1994, 2000), autor filiado à abordagem qualitativa, introduz uma questão que é essencial à demarcação conceitual dessa abordagem de pesquisa: o que é um caso? A resposta é a de que um caso é ao mesmo tempo, objeto e campo de estudo (GERRING, 2004). Nisto, autores de orientação qualitativa e quantitativa parecem concordar (YIN, 2001). Trata-se, então, de considerar estudos de casos em duas dimensões, por exemplo, o objeto, um conflito entre culturas organizacionais decorrentes de fusões, e o campo, o contexto em que esse fenômeno será estudado (BECKER, 2002).

A elucidação do que seja específico, singular ou peculiar ao caso e que o distinguiria dos demais casos, é uma outra questão fundamental para Stake (2000), pois é essa singularidade, ainda pouco explorada entre os estudiosos do fenômeno, que justifica o estudo de um ou mais casos, de modo que se possa visualizar com clareza o que constitui sua especificidade, ou seja, o que o distingue do padrão comum de outros casos.

Stake (2000) citado por Gondim et. al (2005), lista três principais pontos a serem observados na escolha de estudo de casos: singularidade: otimizar a compreensão do caso e não necessariamente fazer generalização empírica a partir dele; tipo de recorte: nem tudo de um caso pode ser compreendido, e nessa perspectiva, o pesquisador terá que fazer algumas escolhas, priorizando os aspectos que serão estudados em detalhes; e linhas temáticas de investigação: um estudo de caso deve dispor de uma estrutura conceitual na qual os problemas de pesquisa ou linhas temáticas de investigação deverão estar organizados.

Opta-se pela construção da pesquisa por meio do estudo de caso, por este método permitir uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos (YIN, 2001).

Para este autor o estudo de caso é indicado em situações de pesquisa nas quais “faz-se uma questão do tipo ‘como’ e ‘por que’ sobre um conjunto contemporâneo de acontecimentos sobre o qual o pesquisador tem pouco ou nenhum controle”, exatamente como se configura a situação de pesquisa configurada neste projeto.

O estudo de caso retrata a situação de agroindústria familiar vinculado à cooperativa, em Juazeiro-BA que sem um suporte técnico especializado não consegue formalizar e registrar seus produtos, conforme a legislação vigente, fato que inviabiliza a comercialização para grandes mercados e programas do governo como o Programa de Aquisição de Alimentos- PAA e Programa Nacional da Alimentação Escolar - PNAE.

5.5.3 Pesquisa bibliográfica

Para dar conta dos objetivos específicos: será utilizado da pesquisa bibliográfica, que segundo Lima e Miotto (2007) implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório e que compreende uma sequência de procedimentos.

De acordo com Salvador (1986) citado por Lima e Miotto (2007), a sequência se dá do seguinte modo: o primeiro deles é a elaboração do projeto de pesquisa (escolha do assunto, formulação do problema de pesquisa e na elaboração do plano que visa buscar as respostas às questões formuladas), seguido da investigação das soluções (coleta da documentação e levantamento da bibliografia, que são determinantes para os resultados da pesquisa, dadas a quantidade e da qualidade dos dados coletados), análise explicativa das soluções (análise da documentação, exame do conteúdo das afirmações) e por fim a construção da síntese integradora (produto final do processo de investigação, resultante da análise e reflexão dos documentos).

A pesquisa é entendida, deste modo, como um processo no qual o pesquisador tem uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente, pois realiza uma atividade de aproximações sucessivas da realidade, sendo que esta apresenta uma carga histórica e reflete posições frente à realidade (MINAYO, 2001 citado por LIMA; MIOTTO, 2007).

5.5.4 Pesquisa documental

O documento escrito é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008 citado por SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p.2.).

A partir dos documentos fornecidos pela Prefeitura Municipal de Juazeiro, por meio das Secretarias de Educação e Saúde, bem como pelas instituições de apoio técnico às agroindústrias familiares, foi possível analisar os documentos da Primeira Conferência Municipal de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde da Bahia e o 1º Relatório Técnico Trimestral, Período de 08/10/2024 a 07/01/2025, Centro Público de Economia Solidária - Território Sertão São Francisco.

5.5.5 Entrevista exploratória

Para a entrevista exploratória, foram selecionados representantes da Cesol, do Irpaa, do Armazém da Caatinga, além de produtores de alimentos artesanais e agroindustriais vinculados à Cesol em Juazeiro-BA. O objetivo foi levantar informações preliminares que contribuíssem para a estruturação do estudo, especialmente no que se refere às ações desenvolvidas por esses atores no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e demais iniciativas voltadas ao fortalecimento da agroindústria familiar na região. As entrevistas foram complementadas por visitas institucionais e coleta de documentos relevantes ao objeto da pesquisa.

De acordo com Quivy e Campenhoudt (2005) as entrevistas exploratórias devem ajudar a constituir a problemática de investigação e permitem revelar determinados aspectos do fenômeno estudado em que o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo e, assim, complementar as pistas de trabalho sugeridas pelas leituras.

As entrevistas podem ser realizadas com o próprio público sobre o qual o problema incide ou o público a que o estudo diz diretamente respeito e que podem contribuir para descobrir os aspectos a ter em conta e alargar ou retificar o campo de investigação.

5.5.6 Formulário

Durante as entrevistas, foi aplicado um formulário com perguntas previamente elaboradas, como instrumento de apoio à coleta de dados. No entanto, a aplicação junto a agricultores e produtores enfrentou limitações, principalmente devido à baixa disponibilidade de tempo desses sujeitos para responder aos questionamentos formais, em virtude de suas rotinas de trabalho.

Diante dessa realidade, foi necessária a adequação da proposta metodológica do projeto, buscando alternativas que permitissem alcançar os(as) agricultores(as) familiares de forma mais acessível e eficiente. Para isso, foram realizadas

abordagens em espaços de comercialização direta, como feiras e exposições de produtos, onde os produtores já se encontravam presentes e dispostos ao diálogo.

Nessas ocasiões, a equipe de pesquisa, composta por alunos de uma Instituição de Educação Superior, também atuou por meio de ações de extensão universitária, oferecendo serviços de orientação técnica e promovendo diálogos sobre práticas produtivas e estratégias de comercialização. Essa atuação contribuiu para o fortalecimento do vínculo com os participantes e ampliou a efetividade da coleta de dados.

Foi utilizado um formulário com perguntas previamente elaboradas, que possibilitou o levantamento de informações detalhadas sobre diversos aspectos das unidades familiares, tais como: composição da família; atividades agrícolas e de beneficiamento desenvolvidas; participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); características da propriedade; formas de comercialização; tipo de matéria-prima utilizada (animal ou vegetal); rendimentos familiares; papel das mulheres nas atividades produtivas; participação em organizações sociais e políticas; acesso à assistência técnica e à informação; Crédito Rural; e se os alimentos processados são elaborados exclusivamente por membros da família, entre outros aspectos relevantes.

Em relação ao formulário utilizado na pesquisa, Marconi e Lakatos (2003, p. 212) o definem como uma técnica aplicada por meio do contato direto entre o pesquisador e o informante, em que o roteiro de perguntas é preenchido pelo próprio pesquisador no momento da entrevista. Já segundo Gil (2002), o formulário situa-se metodologicamente entre o questionário e a entrevista, sendo especialmente indicado para pesquisas de opinião pública e de mercado, pois alia a sistematização de perguntas previamente elaboradas à flexibilidade da interação presencial. Nesse sentido, o autor complementa afirmando que o formulário pode ser entendido, de forma simples, como um instrumento de coleta de dados no qual o pesquisador elabora previamente as questões e registra as respostas durante a aplicação (GIL, 2002, p. 115).

Marconi e Lakatos (2003, p. 212-213) apontam as vantagens e as limitações em relação ao formulário:

Vantagens: pode ser utilizado em todos os segmentos da população; a presença do pesquisador favorece o esclarecimento de eventuais dúvidas; flexibilidade para ajustar as necessidades da situação; consegue extrair dados complexos; facilita a aquisição de um número representativo de participantes; possibilidade de uma uniformidade nos símbolos utilizados no momento do preenchimento.

Limitações: oferece menos liberdade nas respostas, devido ao contato com o entrevistador; oferece risco de distorções por parte do entrevistador; pouco tempo para os entrevistados pensarem na resposta; pode haver insegurança nas respostas devido à identificação do informante; os participantes podem estar em localidades distantes, gerando dificuldade quanto ao tempo e ao gasto financeiro.

Fachin (2005) ressalta também as potencialidades do formulário ao relatar que na aplicação do formulário a assistência do pesquisador é imprescindível ao pesquisado; logo estabelece um contato pessoal - face a face de ambas as partes. O pesquisador, antes de entrar em contato direto com a população a ser investigada, deve estar bem preparado. Pressupõe, pois, habilidade e eficiência; deve ser perspicaz em sua observação e, sobretudo, fazer-se especialista no assunto da pesquisa. Quando tem domínio do conhecimento, dificilmente cairá no erro de questionar fatos supérfluos e estranhos ao entendimento habitual da população pesquisada ou omitirá aspectos essenciais que possam interferir no objetivo almejado.

O formulário aqui utilizado é uma adaptação do questionário Instrumento de coleta de informações, utilizado por Leite (2016), sobre o Programa de Aquisição de Alimentos no Município de Barbalha-CE, por se mostrar desnecessário a elaboração de um novo instrumento, primeiro pela validade do que apreciamos, segundo por este dar conta da quase totalidade das questões que será necessário indagar na pesquisa.

Buscando o sigilo dos entrevistados, os nomes de todos(as) os(as) entrevistados(as) serão suprimidos dificultando a identificação dos mesmos. Uma lista de anonimização com nomes das pessoas e lugares será produzida para o registro como sugerido por Gibbs (2009). Para melhor compreensão por parte dos(as) orientadores(as) e avaliadores antes da publicização dos dados. **Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o CAAE nº 71328423.9.0000.0057**

5.5.7 Entrevista em profundidade

Além das perguntas que podiam ser levantadas através dos formulários, desejávamos conhecer de maneira mais detalhada a vivência dos sujeitos na agricultura familiar a agroindústria e a percepção dos(as) mesmos(as) em relação às políticas públicas estudadas, se mostra necessário incluir à entrevista em profundidade como uma das metodologias utilizadas em estudo.

Será utilizada a entrevista como método de coleta de dados por este privilegiar a fala dos atores sociais e permitir atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos, sendo apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo. A entrevista dá voz ao interlocutor para que ele fale do que está acessível a sua mente no momento da interação com o entrevistador e em um processo de influência mútua produz um discurso compartilhado pelos dois atores: pesquisador e participante. (FRASER; GONDIM, 2004).

Segundo Fraser e Gondim (2004) a entrevista é considerada uma modalidade de interação entre duas ou mais pessoas, uma conversação dirigida a um propósito definido que não é a satisfação da conversação em si, pois esta última é mantida pelo próprio prazer de estabelecer contato sem ter o objetivo final de trocar informações, ou seja, diminuir as incertezas acerca do que o interlocutor diz (HAGUETE, 2001; LODI, 1991). Dito de outro modo, a entrevista é uma forma de interação social que valoriza o uso da palavra, símbolo e signo privilegiados das

relações humanas, por meio da qual os atores sociais constroem e procuram dar sentido à realidade que os cerca (FLICK, 2002; JOVECHLOVITCH; BAUER, 2002 citados por FRASER; GONDIM, 2004).

Para Gaskell (2012), o emprego da entrevista qualitativa serve para mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes. Ela fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. Utiliza-se este artifício quando o objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos, o mundo social não é um dado natural, sem problemas: “ele é ativamente construído por pessoas em suas vidas cotidianas, mas não sob condições que elas mesmas estabeleceram” (GASKELL, 2012, p. 65), essas construções constituem a realidade essencial das pessoas, seu mundo vivencial.

As entrevistas em profundidade possuem papel relevante em pesquisa qualitativa: tratam de um de seus principais materiais empíricos, práticas capazes de tornar o mundo visível ao permitir acesso às suas representações e descrição das rotinas, experiências e dos significados presentes nas vidas dos indivíduos (DENZIN; LINCOLN, 2000a). Para estes autores, a entrevista é uma conversa, na qual impera a arte de fazer questionamentos e ouvir; além disso, devido à forte crença da sociedade no seu poder de geração de informações úteis.

As entrevistas em profundidade apresentam como vantagem a possibilidade de o entrevistado demonstrar sua linha de argumentação de forma a permitir que o entrevistador confira as associações, o que oferece oportunidades para identificação de opiniões, atitudes e valores do respondente (VEIGA; GONDIM, 2001).

Todas as entrevistas serão devidamente registradas, seja por meio de gravações em áudio ou por digitalização das respostas manuscritas, e posteriormente transcritas na íntegra. Todo o material será arquivado de forma organizada, assegurando sua preservação para consultas futuras e eventuais análises complementares.

5.5.8 Aplicação do Check List

Embora as visitas técnicas previstas inicialmente não tenham ocorrido em razão da indisponibilidade de tempo dos(as) produtores(as) e, em alguns casos, do receio quanto às exigências de adequação das áreas de processamento, foi possível realizar uma análise dos rótulos dos produtos dos(as) entrevistados(as). Adicionalmente, nas entrevistas com representantes do CESOL e do IRPAA, foram discutidas as condições de produção e os desafios enfrentados para atender às exigências legais e sanitárias.

Para apoiar futuras adequações nos processos produtivos, foram utilizados como base o Checklist de Boas Práticas de Fabricação (BPF) e o Checklist de Rotulagem. Ambos foram elaborados com referência à Resolução RDC nº 216/2004 e ao Anexo II da RDC nº 275/2002 da ANVISA, que tratam das exigências para estabelecimentos processadores. O checklist contempla cinco grandes áreas: edificações e instalações; equipamentos, móveis e utensílios; manipuladores; produção e transporte de alimentos; e documentação, além da conformidade dos rótulos com a legislação vigente.

5.5.9 Preparação e planejamento

Anterior à realização das entrevistas, foi necessário dedicar um tempo a preparação e planejamento, o que para Gaskell (2012) inclui a criação do tópico guia e a seleção dos entrevistados.

5.5.9.1 O tópico guia

O tópico guia, conforme Gaskell (2012), é uma espécie de roteiro flexível que funciona como um lembrete para o(a) entrevistador(a), e não como um questionário estruturado. Essa característica permite que a entrevista ocorra de maneira menos mecânica, favorecendo a fluidez e a espontaneidade da conversa. A elaboração do guia é fundamentada em uma combinação de elementos, como uma leitura crítica da literatura especializada, o reconhecimento de campo (incluindo observações e

conversas preliminares com atores relevantes), discussões com colegas mais experientes e um exercício de pensamento criativo por parte do(a) pesquisador(a).

Segundo Gaskell (2012, p. 73), embora o conteúdo do guia seja estruturado com base nas questões centrais da pesquisa, a proposta não é formular um conjunto de perguntas padronizadas, tampouco esperar que o(a) entrevistado(a) traduza suas respostas em categorias rígidas. Pelo contrário, as perguntas devem funcionar como convites para que o entrevistado se expresse livremente, com tempo para refletir e utilizando suas próprias palavras. Diferentemente dos levantamentos quantitativos, esse tipo de abordagem permite ao(a) pesquisador(a) realizar sondagens adicionais e questionamentos específicos, a fim de obter esclarecimentos e aprofundamentos sobre pontos relevantes.

Para a elaboração dos tópicos, é essencial que o(a) pesquisador(a) avalie cuidadosamente seus interesses de investigação e realize uma crítica fundamentada da literatura sobre o tema (GASKELL, 2012). Além de orientar a condução da entrevista, o tópico guia também pode auxiliar na antecipação de categorias analíticas a serem utilizadas posteriormente na interpretação dos resultados.

Gaskell acrescenta que o(a) entrevistador(a) deve mobilizar sua imaginação sociológica e científica para perceber quando surgirem temas imprevistos, que não haviam sido contemplados inicialmente, mas que se mostram relevantes ao longo das entrevistas. Nesses casos, o guia pode ser ajustado para as próximas aplicações. Da mesma forma, tópicos considerados centrais no planejamento inicial podem se mostrar pouco produtivos ou irrelevantes, caso os(as) entrevistados(as) tenham pouco a contribuir sobre eles. Assim, embora o tópico guia deva ser cuidadosamente preparado desde o início da pesquisa, Gaskell defende que ele seja utilizado com flexibilidade, permitindo adaptações conforme o curso da investigação qualitativa.

5.5.9.2 Seleção dos(as) entrevistados(as)

Após a definição do procedimento de coleta de dados, o tópico guia passa-se à etapa de seleção dos sujeitos da pesquisa. De acordo com Gaskell (2012, p. 67), o termo “seleção” é empregado intencionalmente em vez de “amostragem”, pois esta última remete a procedimentos estatísticos próprios de pesquisas quantitativas e levantamentos de opinião, nos quais os resultados podem ser generalizados com base em limites de confiabilidade. No caso da pesquisa qualitativa, esse modelo não se aplica, uma vez que o objetivo central não é a generalização estatística, mas sim a compreensão aprofundada de fenômenos sociais e suas representações.

Nesse sentido, o autor ressalta que, diferentemente das amostras probabilísticas utilizadas em levantamentos, não existe um método padronizado para a seleção de participantes em investigações qualitativas. Como o número de entrevistados tende a ser reduzido, o(a) pesquisador(a) deve lançar mão de sua imaginação social científica, refletindo sobre os ambientes sociais mais relevantes para o objeto de estudo e buscando interlocutores capazes de oferecer perspectivas diversas e significativas sobre o tema. (GASKELLI, 2002; GONDIM, 2002a).

Além disso, a seleção dos entrevistados deve estar alinhada à segmentação do meio social investigado, que precisa ser coerente com o problema e os objetivos da pesquisa. Um mesmo tema pode interessar a diferentes grupos sociais e ser compreendido de distintas formas, em função dos múltiplos enfoques possíveis e das especificidades de cada grupo. Portanto, é importante reconhecer que uma única pesquisa dificilmente abarca todas essas variações, o que exige escolhas metodológicas claras e bem fundamentadas.

Nesta pesquisa, foram adotados critérios de seleção que consideraram a participação de mulheres, o vínculo a organizações associativas ou cooperativas e a representatividade de comunidades com menor participação em estudos anteriores. A proposta foi captar a pluralidade de experiências relacionadas à agricultura familiar e à inserção no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Foram analisadas agroindústrias familiares e famílias que produzem alimentos artesanais

no município de Juazeiro-BA, buscando compreender as dinâmicas produtivas, os desafios enfrentados e as estratégias de comercialização adotadas nesse contexto.

Destaca-se que os métodos adotados (formulários, entrevistas exploratórias e semi estruturadas) envolvem riscos mínimos aos participantes. No entanto, reconhece-se a possibilidade de constrangimento diante de algumas perguntas, principalmente aquelas que envolvem aspectos econômicos ou pessoais. Para mitigar esse risco, os participantes assinarão o **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o CAAE nº 71328423.9.0000.0057.**

5.5.11 Análise de conteúdo

Para o tratamento dos dados coletados por meio de fontes documentais e entrevistas exploratórias, optou-se pela análise de conteúdo, uma técnica amplamente utilizada em pesquisas qualitativas. Essa abordagem permite a interpretação de mensagens por meio de uma descrição sistemática e objetiva do conteúdo manifesto, possibilitando a identificação de indicadores qualitativos e/ou quantitativos relevantes ao fenômeno estudado (BARDIN, 2009, citado por CÂMARA, 2013). Segundo Bardin (2011), trata-se de um conjunto de técnicas que visam à obtenção de informações que possam ser inferidas a partir das condições de produção e recepção das mensagens analisadas.

A análise de conteúdo busca compreender tanto os significados explícitos quanto os sentidos ocultos presentes nas comunicações. De acordo com Chizzotti (2006), seu objetivo é interpretar criticamente o conteúdo manifesto ou latente dos discursos. Godoy (1995), citado por Câmara (2013), acrescenta que essa técnica pode ser aplicada a diversas formas de comunicação, independentemente de seu suporte, permitindo ao pesquisador captar estruturas, padrões e sentidos que se manifestam nos fragmentos discursivos. O analista, assim, deve atuar tanto como receptor da mensagem quanto como intérprete de significados mais profundos que por vezes escapam à leitura imediata.

Conforme Bauer (2012), a análise de conteúdo é um conjunto de procedimentos explícitos voltados à análise textual em pesquisas sociais. Embora possa apresentar descrições numéricas, seu foco principal recai sobre os tipos, qualidades e distinções do conteúdo. O autor ressalta que a validade dessa análise não deve ser entendida como uma busca por uma leitura “verdadeira”, mas sim como uma interpretação fundamentada no material empírico e coerente com a teoria adotada. Quando voltada à análise do emissor da mensagem, como é o caso nesta pesquisa, o texto é considerado uma forma de expressão simbólica de uma comunidade, possibilitando a identificação de valores, visões de mundo, atitudes e estereótipos que podem ser comparados entre diferentes grupos sociais.

Dessa forma, a análise de conteúdo foi utilizada como ferramenta metodológica para dar suporte à interpretação dos dados obtidos. A técnica foi aplicada conforme as três etapas clássicas propostas por Bardin (2006): (1) pré-análise, voltada à organização inicial e leitura flutuante do material; (2) exploração do material, que envolve a codificação e categorização dos dados; e (3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação, em que se busca construir significados com base nos objetivos da pesquisa e no diálogo com o referencial teórico adotado.

5.5.11.1 Pré-análise

A pré-análise é a fase em que se organiza o material a ser analisado com o objetivo de torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais. Trata-se da organização propriamente dita por meio de quatro etapas: (a) leitura flutuante, que é o estabelecimento de contato com os documentos da coleta de dados, momento em que se começa a conhecer o texto; (b) escolha dos documentos, que consiste na demarcação do que será analisado; (c) formulação das hipóteses e dos objetivos; (d) referenciação dos índices e elaboração de indicadores, que envolve a determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos de análise (BARDIN, 2006).

5.5.11.2 Exploração do material

A exploração do material constitui a segunda fase, que consiste na exploração do material com a definição de categorias (sistemas de codificação) e a identificação das unidades de registro (unidade de significação a codificar corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade base, visando à categorização e à contagem frequencial) e das unidades de contexto nos documentos (unidade de compreensão para codificar a unidade de registro que corresponde ao segmento da mensagem, a fim de compreender a significação exata da unidade de registro). A exploração do material consiste numa etapa importante, porque vai possibilitar ou não a riqueza das interpretações e inferências. Esta é a fase da descrição analítica, a qual diz respeito ao corpus (qualquer material textual coletado) submetido a um estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos. Dessa forma, a codificação, a classificação e a categorização são básicas nesta fase (BARDIN, 2006).

5.5.11.3 Tratamento dos resultados, inferência e interpretação

A terceira fase diz respeito ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Esta etapa é destinada ao tratamento dos resultados; ocorre nela a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais; é o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica (BARDIN, 2006).

5.5.11.4 Análise de discurso

Nesta pesquisa, a análise do discurso foi adotada como método para interpretar os dados das entrevistas em profundidade, com foco na linguagem como prática social e produtora de sentidos (ORLANDI, 1999; SILVA, 2005). Essa abordagem vai além da análise linguística formal, considerando o texto como uma totalidade simbólica. A linguagem é vista como não neutra, sendo atravessada por ideologias e histórias. Gill (2012) reforça que não há uma única forma de análise do discurso, mas diversas vertentes que compartilham a crítica à ideia de linguagem como simples reflexo da realidade e a valorização do discurso como elemento constitutivo da vida social.

Entre as principais tradições analíticas, destacam-se: a linguística crítica, com influências da semiótica e do estruturalismo; a etnometodologia e teoria dos atos de fala, centradas nas estratégias do discurso; e o pós-estruturalismo, que analisa

historicamente as práticas discursivas (FOUCAULT, 1999). A aplicação dessa metodologia envolve a passagem da superfície linguística ao objeto discursivo, permitindo identificar sentidos explícitos e implícitos, memórias discursivas e jogos simbólicos. Assim, a análise do discurso possibilita compreender como os sujeitos são constituídos por meio da linguagem e como as relações de poder e sentidos se manifestam nos discursos.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente estudo teve como foco a análise do cenário atual da agroindústria familiar e a produção de alimentos artesanais em Juazeiro/BA, com o intuito de identificar seus principais desafios e oportunidades. Para tanto, foram aplicadas entrevistas exploratórias e em profundidade com representantes de agroindústrias locais, e organizações que atuam de forma articulada, Figura 3, no fortalecimento da agroindústria familiar no Semiárido baiano, com destaque para o CESOL-VSF, o IRPAA e o Armazém da Caatinga, aplicados formulários com agricultores familiares e empreendedores do setor, além da análise de documentos públicos e revisão bibliográfica.

Figura 3 - Momento de encontro com as instituições-chave no desenvolvimento da pesquisa.



Fonte: Autoria Própria.

6.1 Análise do cenário atual da agroindústria familiar em Juazeiro/BA: desafios e oportunidades

A análise do atual cenário da agroindústria familiar em Juazeiro/BA foi fundamentada em uma abordagem qualitativa por meio de entrevistas estruturadas, com representantes de instituições chave: o Centro Público de Economia Solidária (Cesol) do Vale do São Francisco, o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) e o Armazém da Caatinga. Durante as entrevistas, mesmo em dias e locais diferentes surgiu a opção por não estruturar rigidamente os roteiros permitiu que os entrevistados trouxessem temas emergentes, revelando nuances importantes sobre os desafios enfrentados e as oportunidades latentes para o setor. A entrevista foi organizada por temas, conforme apresentado no Quadro 2. O roteiro da entrevista estruturada encontra-se disponível no Apêndice 1.

Quadro 2 - Principais temas abordados durante a entrevista às instituições chaves

Principais temas abordados durante a entrevista:
1- Identificação do(a) entrevistado(a):
2- Diagnóstico da Agroindústria Familiar Local
3- Desafios enfrentados
4 - Oportunidades e potencialidades
5 - Apoios institucionais e políticas públicas
6- Perspectivas futuras e recomendações

6.2 Desafios identificados

Os principais desafios relatados pelas instituições entrevistadas convergem com os apontamentos da literatura recente sobre a agroindústria familiar ou alimentos de produção artesanal no semiárido brasileiro (FRAGA et al., 2022), destacando-se os seguintes aspectos:

6.2.1 Infraestrutura inadequada e descontinuidade de políticas públicas

As limitações físicas e estruturais das agroindústrias familiares foram reiteradamente mencionadas, incluindo a ausência de espaços apropriados para o beneficiamento, a carência de equipamentos adequados e as dificuldades de acesso a crédito e financiamento. Durante as entrevistas para visitas de campo, foi possível perceber o esforço desempenhado por organizações da sociedade civil, especialmente a CESOL e IRPAA, para alcançar os locais de processamento, enfrentando obstáculos relacionados à precariedade do transporte e das estradas de acesso.

A pesquisa concentrou-se nos espaços de beneficiamento situados no município de Juazeiro/BA, porém as instituições consultadas atuam de forma articulada no território do Sertão do São Francisco, o que inclui os municípios de Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Curaçá, Remanso, Sento Sé, Sobradinho, Uauá e Pilão Arcado. A observação dessas realidades territoriais ampliou a compreensão sobre a abrangência e os desafios estruturais compartilhados, embora o foco da análise permaneça na cidade de Juazeiro.

Além das dificuldades estruturais, a descontinuidade e instabilidade de políticas públicas foram identificadas como entraves recorrentes ao fortalecimento do setor. Em especial, no período em que houve a interrupção de programas estratégicos como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a instabilidade na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foram apontadas como fatores que comprometem o escoamento da produção agroindustrial e desestimulam a organização dos empreendimentos (SAUCEDO et al., 2024). O programa foi retomado em 2023, após ter sido substituído pelo Programa Alimenta Brasil durante o governo de 2019 - 2022. Uma modalidade importante do PAA, Compra Institucional, foi incorporada à Lei nº 14.628/2023, dando maior institucionalidade ao programa. A compra institucional no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma das modalidades do programa que visa adquirir diretamente alimentos produzidos pela agricultura familiar para atender órgãos públicos, como escolas, hospitais, creches, presídios, universidades e instituições de assistência social. Características principais da Compra Institucional no PAA: Dispensa de licitação, fortalecimento da agricultura familiar, produção e o fornecimento de uma variedade

de alimentos locais, frescos e saudáveis, respeitando a sazonalidade e a cultura alimentar da região, priorizar a compra de alimentos produzidos localmente, contribui para o desenvolvimento territorial e fortalece os sistemas agroalimentares locais, as compras podem ser feitas por órgãos públicos das esferas municipal, estadual ou federal, conforme plano de demanda e oferta. O PNAE tem passado por ajustes e novas resoluções, como a Resolução FNDE nº 3/2025, que promove mudanças na alimentação escolar. O PNAE busca fortalecer a agricultura familiar e a segurança alimentar e nutricional dos estudantes, articulando-se com o PAA e outras políticas.

6.2.2 Regularização sanitária e burocracia:

Durante o levantamento realizado junto a pequenos produtores e representantes institucionais de apoio à agricultura familiar em Juazeiro-BA, identificaram-se entraves recorrentes no processo de regularização sanitária e legalização da produção de alimentos artesanais. Tais dificuldades impactam diretamente a capacidade de escoamento da produção, a inserção em mercados formais e a participação em programas públicos de aquisição de alimentos.

A partir das entrevistas com representantes do IRPAA e do CESOL, observou-se que, apesar dos avanços em políticas de incentivo à agroindustrialização no Semiárido, os entraves burocráticos ainda se constituem como um dos maiores desafios para os empreendimentos da economia solidária.

Segundo o técnico de campo do IRPAA, muitos empreendimentos operam de forma informal por falta de condições técnicas e financeiras para atender às exigências legais:

“A legislação sanitária muitas vezes não dialoga com a realidade da agricultura familiar do Semiárido. Os produtores enfrentam exigências estruturais que foram pensadas para a indústria convencional, o que acaba desconsiderando a diversidade e a natureza artesanal de suas práticas.

Temos acompanhado grupos que produzem com muito zelo, mas que não conseguem avançar no processo de regularização por falta de apoio técnico contínuo e recursos para adequações estruturais.”

Já para a coordenadora regional do CESOL Sertão do São Francisco, a complexidade dos processos legais e a fragmentação entre os órgãos públicos agravam a situação:

“Hoje, um produtor que quer formalizar sua agroindústria tem que passar por diversos órgãos — Vigilância Sanitária, ADAB, prefeitura, MAPA, Receita Federal. Cada um com suas próprias exigências e prazos. Muitos desistem no caminho. Isso sem falar no custo para adaptar a estrutura, que é praticamente inviável para pequenos produtores se não houver edital ou linha de crédito acessível.”

Essas dificuldades geram um efeito dominó: sem regularização, o produtor fica excluído de políticas públicas importantes, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que priorizam a compra de produtos da agricultura familiar formalizada.

Ambos os representantes destacaram a necessidade urgente de adequação normativa e maior articulação institucional, com a criação de políticas públicas específicas para os produtos artesanais e tradicionais do Semiárido. A implementação de modelos de regularização por etapas e o reconhecimento de certificações alternativas, como o Selo Arte, são caminhos possíveis para destravar os gargalos enfrentados.

“Temos visto experiências exitosas quando há um esforço conjunto entre os órgãos fiscalizadores, as instituições de apoio e os próprios produtores. O que falta é transformar essas exceções em regra”, complementa.

Além disso, reforça-se a importância do trabalho em rede. Por meio de cooperativas e associações apoiadas por entidades como IRPAA e CESOL, os empreendedores

conseguem partilhar infraestrutura, acessar capacitações e criar estratégias coletivas de comercialização e regularização.

A obtenção de selos como o do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), assim como certificações estaduais e municipais, representa um dos principais gargalos enfrentados pela agroindústria familiar no Brasil. Pequenos empreendimentos frequentemente encontram dificuldades para atender às exigências normativas, o que limita seu acesso a mercados institucionais e formais (SEBRAE, 2021).

Segundo Rocha et al. (2023), o processo de regularização envolve um conjunto abrangente de exigências sanitárias, ambientais, trabalhistas, fiscais e de rotulagem, com o objetivo de garantir a segurança alimentar, proteger o consumidor e formalizar os empreendimentos. Embora a regularização proporcione diversos benefícios aos agricultores familiares, como a ampliação de mercado, valorização dos produtos, e acesso a políticas públicas, a complexidade dos processos e os múltiplos entraves acabam desestimulando a formalização. Em muitos casos, diante da burocracia e dos custos envolvidos, os produtores optam por permanecer na informalidade.

Figura 4 - Comercialização de produtos da agricultura familiar acompanhados pelo CESOL-VSF, expostos no Armazém da Caatinga.



Fonte: Autoria Própria

Em síntese, os dados apontam para a urgência de uma abordagem mais contextualizada, inclusiva e intersetorial na formulação de políticas públicas sanitárias voltadas à agricultura familiar do território do Sertão do São Francisco, valorizando os saberes locais e promovendo o acesso justo à legalização da produção artesanal.

6.2.3 Gestão e qualificação:

Rodrigues, Nascimento e Oliveira (2024), destacam que a gestão e a qualificação da produção vêm se consolidando como pilares fundamentais para o fortalecimento da agroindústria familiar e dos produtos artesanais. No território de Juazeiro (BA), organizações como o IRPAA, o CESOL Sertão do São Francisco e o Armazém da Caatinga têm desempenhado papel estratégico no suporte técnico, organizacional e comercial a empreendimentos da economia solidária e da agricultura familiar.

Um dos principais desafios identificados nos relatos é a ausência de planejamento de produção, controle de estoques, padronização dos processos e domínio de boas práticas de fabricação. Neste contexto, a atuação dessas instituições tem contribuído para a transição de uma produção informal e desestruturada para modelos mais organizados, articulados em rede e com maior agregação de valor. A Cesol apresentou a evolução de um doce artesanal que passou por sua orientação, destacando melhorias significativas tanto na qualidade do produto quanto na adequação da rotulagem às exigências sanitárias e de mercado.

Segundo a técnica de campo do IRPAA, a qualificação vai além do aspecto técnico e envolve o fortalecimento da identidade cultural e da valorização dos saberes locais:

“Nosso trabalho parte do princípio da convivência com o Semiárido, o que significa reconhecer os modos de fazer da comunidade e qualificá-los sem descaracterizar a cultura alimentar local. Temos atuado na capacitação de produtores em boas práticas, rotulagem, gestão de custos e controle de qualidade, respeitando o tempo e a realidade de cada grupo.”

O CESOL Sertão do São Francisco, por sua vez, tem investido na assessoria continuada em gestão e comercialização, buscando empoderar os empreendedores com ferramentas simples, porém eficazes. Para a coordenadora do CESOL, a qualificação em gestão é o diferencial que sustenta a permanência dos grupos no mercado:

“Quando os empreendedores passam a entender o custo real do seu produto, a importância do controle de caixa, da precificação justa e da organização da produção, eles se tornam mais autônomos. A gente percebe uma virada de chave: deixam de ser apenas produtores para se reconhecerem como empreendedores solidários.”

O Armazém da Caatinga, que atua como espaço de comercialização e vitrine dos produtos da agricultura familiar da região, também destaca os avanços gerados por essas ações. De acordo com a gestora do Armazém, os impactos da qualificação são perceptíveis na padronização dos produtos e na melhoria da apresentação comercial:

“Hoje conseguimos oferecer ao consumidor um produto com identidade, qualidade e história. Isso só é possível porque houve um trabalho integrado de capacitação e valorização dos produtores. Eles sabem de onde vêm seus ingredientes, como melhorar o processo e como se posicionar no mercado.”

Os dados levantados durante as visitas técnicas e oficinas promovidas pelas instituições apontam que, embora ainda existam desafios como a informalidade, a falta de recursos para infraestrutura e as barreiras regulatórias, a gestão qualificada e a capacitação técnica têm possibilitado avanços concretos na organização da produção e na geração de renda para as famílias envolvidas.

Além disso, a articulação em rede promovida pelas instituições cria um ambiente de troca, apoio mútuo e inovação social. A construção de circuitos curtos de comercialização, feiras agroecológicas, e o uso de plataformas digitais têm sido estratégias utilizadas para ampliar a visibilidade dos produtos e conquistar novos mercados.

Em síntese, a experiência de Juazeiro revela que o fortalecimento da agroindústria familiar e dos produtos alimentares artesanais passa necessariamente por processos de qualificação contínua, gestão participativa e valorização dos saberes locais, com apoio de instituições comprometidas com o desenvolvimento territorial sustentável.

6.2.4 Logística e comercialização:

A logística de distribuição, especialmente em áreas rurais, foi apontada como um desafio recorrente. De acordo com representantes do Cesol, muitas agroindústrias familiares enfrentam dificuldades para ampliar o alcance de seus produtos, restringindo-se a comercialização locais e esporádicas. Essa limitação compromete a viabilidade econômica dos empreendimentos a médio e longo prazo.

Entre os principais fatores que agravam essa realidade está o chamado Custo Brasil, que impacta diretamente a logística ao elevar os custos de produção, armazenamento e distribuição, reduzindo, conseqüentemente, a margem de lucro dos agricultores familiares (SAUCEDO et al., 2024). Essa expressão abrange um conjunto de entraves estruturais, burocráticos, fiscais e logísticos que encarecem a operação produtiva no país e comprometem a competitividade, sobretudo de pequenos produtores e agroindústrias de base familiar.

Esses custos adicionais incluem, por exemplo, a dificuldade de acesso a serviços essenciais como transporte e energia, o excesso de burocracia para a obtenção de licenças sanitárias e a instabilidade nas políticas públicas de apoio, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Tais entraves resultam na perda de eficiência, aumento do desperdício de alimentos perecíveis e dificuldades no escoamento da produção (GOMES et al., 2025).

Com o objetivo de mitigar esses impactos, o governo federal tem articulado estratégias para reduzir os custos sistêmicos e promover maior eficiência logística e operacional no setor (AUTOR DESCONHECIDO, 2023).

6.3 Oportunidades mapeadas

Apesar das dificuldades, o cenário também revela oportunidades promissoras para a agroindústria familiar no contexto dos Sistemas Agroalimentares Sustentáveis (SAS). A seguir, destacam-se as principais:

Valorização dos produtos locais e da biodiversidade da Caatinga: Os entrevistados do Armazém da Caatinga enfatizaram a crescente valorização de produtos regionais com identidade territorial, como o umbu, o licuri e a acerola, sobretudo em formatos processados (polpas, geleias e compotas). Uma análise dos produtos comercializados no Armazém, verificamos, alguns produtos que também atraem o público infantil, como os picolés do extrativismo das plantas nativas do Bioma Caatinga. Essa tendência está em consonância com a lógica dos SAS, que promove a reconexão entre produção e consumo, respeitando as especificidades culturais e ambientais (FRAGA et al., 2022).

Potencial dos mercados institucionais e solidários: O fortalecimento de redes locais de comercialização, como as feiras agroecológicas e os grupos de consumo responsável, foi apontado como alternativa viável para promover a inclusão produtiva dos beneficiários. O Cesol e o IRPAA destacaram experiências positivas com compras públicas, especialmente quando há articulação entre entidades intermediárias e organizações de base, mesmo em cenários de instabilidade política. No contexto de sua atuação em Juazeiro-BA e demais territórios, o Cesol desenvolve ações voltadas à promoção da comercialização solidária, como a Feira da Economia Solidária, um espaço estratégico de escoamento e visibilidade dos produtos da agricultura familiar e da economia popular. Essa iniciativa é realizada com o apoio da ADESBA (Associação de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Estado da Bahia), da Prefeitura Municipal de Juazeiro e do Governo do Estado da Bahia, por meio da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE). Essas feiras configuram-se como importantes instrumentos de integração produtiva e fortalecimento do comércio justo, promovendo o acesso a mercados e a valorização do trabalho coletivo nos territórios (ADESBA, 2024).

Tecnologias sociais e apoio técnico-local: A construção de manuais técnicos, como o proposto nesta pesquisa, pode contribuir de forma concreta para a difusão de boas práticas em processamento, gestão e comercialização, com linguagem acessível e contextualizada. A experiência do IRPAA com tecnologias apropriadas de baixo custo mostra-se estratégica para a sustentabilidade da agroindústria familiar em regiões semiáridas. Segundo Souza et al. (2020), o Projeto Semiárido Produtivo do IRPAA apoia a implementação e multiplicação de tecnologias apropriadas de baixo custo e fortalece vocações como caprinovinocultura, avicultura e horticultura, incluindo a instalação de unidades de produção e beneficiamento para garantir a sustentabilidade da agroindústria familiar na região semiárida.

Certificações participativas e nichos de mercado: a adesão a sistemas alternativos de certificação, como o Sistema Participativo de Garantia (SPG), foi apontada como um caminho viável para pequenos produtores conquistarem espaços em nichos de mercado conscientes, especialmente no segmento de produtos orgânicos e artesanais. Esses sistemas têm se mostrado não apenas mais acessíveis economicamente do que os modelos de certificação por terceira parte, mas também mais adequados à realidade da agricultura familiar por envolverem práticas colaborativas, fortalecimento do capital social e aproximação com os consumidores. De acordo com Casemiro e Becker (2024), os SPGs favorecem a autonomia dos produtores, a valorização de saberes locais e a formação de redes solidárias de comercialização, configurando-se como ferramentas estratégicas na construção de sistemas agroalimentares sustentáveis e na inserção qualificada em mercados diferenciados.

Entretanto, a adesão formal aos SPGs ainda enfrenta obstáculos relevantes, especialmente no caso de agroindústrias familiares do semiárido. As dificuldades incluem o preenchimento dos requisitos para cadastro no Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg), a necessidade de organização coletiva por meio de um OPAC (Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade), a falta de apoio técnico para elaboração de planos de manejo e croquis das propriedades, além da exigência de registros contínuos de produção e comercialização. Tais barreiras burocráticas, muitas vezes somadas à ausência de

assistência técnica especializada, limitam a entrada de pequenos empreendimentos no sistema de certificação participativa. Nesse contexto, ONGs, cooperativas e associações desempenham um papel essencial como facilitadoras da inclusão produtiva e técnica, oferecendo suporte na capacitação, organização e articulação dos agricultores familiares para atender às exigências legais e operacionais do SPG.

Apesar desses entraves, o cenário local também aponta para oportunidades promissoras no âmbito dos Sistemas Agroalimentares Sustentáveis (SAS). A partir da análise das entrevistas com representantes das organizações Cesol, IRPAA e Armazém da Caatinga, emergem estratégias que, quando articuladas de forma sistêmica, podem fortalecer a inserção competitiva da produção agroindustrial de base familiar. Segundo a ADESBA (2024), o fundo rotativo solidário do CESOL-SSF tem promovido o aumento da produção e comercialização de empreendimentos no Sertão do São Francisco.

Dentre essas oportunidades, destaca-se a preferência crescente por alimentos artesanais, com menor uso de aditivos químicos e elaborados a partir de matérias-primas locais, que dialogam com valores culturais e ambientais da região de Juazeiro-BA. Essa tendência alimenta nichos de mercado sensíveis à qualidade sensorial, rastreabilidade e origem socioambiental dos alimentos, especialmente entre consumidores conscientes, que valorizam práticas sustentáveis e de comércio justo. Estudos recentes em contextos nacionais e internacionais reforçam essa observação. No Brasil, Martinelli e Dos Anjos (2023) evidenciam que a valorização dos queijos artesanais nordestinos, como o queijo coalho, está diretamente associada à preservação de práticas tradicionais, identidade cultural e reconhecimento por meio de sinais distintivos de qualidade, como selos de indicação geográfica e patrimonialização. Em escala internacional, Peulić et al. (2023) demonstram que 98,3% dos consumidores entrevistados na Sérvia consomem regularmente alimentos tradicionais, com uma predileção por produtos elaborados artesanalmente, com menos aditivos e vinculados a regiões específicas, o que comprova o apelo crescente por alimentos com identidade territorial e qualidade diferenciada.

As experiências relatadas pelas ONGs também evidenciam que a valorização da biodiversidade local e a agroindustrialização de frutas nativas, como umbu, licuri e

maracujá-do-mato, além de produtos tradicionais como doces, compotas e polpas, oferecem vantagens competitivas para a diferenciação de mercado. O apoio técnico e comercial promovido por instituições como o Cesol, por meio de ações de comunicação, negociação, controle de qualidade, desenvolvimento de rótulos e identidade visual, bem como da participação em feiras e eventos, e a atuação do IRPAA com tecnologias apropriadas e de baixo custo, revelam um caminho estratégico para ampliar a visibilidade e o escoamento dos produtos da agricultura familiar.

Essas iniciativas, quando integradas às políticas públicas de compras institucionais e ao fortalecimento de arranjos produtivos locais, constituem importantes vetores de transformação produtiva e inclusão socioprodutiva. Assim, mesmo diante de um ambiente marcado por incertezas políticas e institucionais, as agroindústrias familiares encontram oportunidades reais de inserção em sistemas agroalimentares mais justos, resilientes e sustentáveis, sobretudo quando há articulação entre saberes locais, políticas públicas e inovação social.

6.4 - Políticas Públicas e Instrumentos Regulatórios

A análise bibliográfica, documental e de normativas públicas revela que o marco legal brasileiro oferece um arcabouço relativamente robusto para a inserção da agroindústria familiar em mercados institucionais e formais. Entre os principais instrumentos estão o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006) e as legislações estaduais e municipais de incentivo à economia solidária.

No município de Juazeiro (BA), mesmo com o cumprimento da cota mínima de 30% de compras da agricultura familiar prevista na Lei n.º 11.947/2009, persistem desafios significativos quanto à participação das agroindústrias familiares. O acesso efetivo aos mercados institucionais como PNAE e PAA é prejudicado por entraves ligados à regularização sanitária, à capacidade de entrega em escala e à adequação às exigências técnicas.

Essa realidade encontra paralelo em outras regiões brasileiras. Estudos em municípios do Arquipélago do Marajó (PA) identificam problemas estruturais e institucionais que dificultam o fornecimento de produtos da agricultura familiar, mesmo quando os percentuais formais são atendidos (CABRAL et al., 2023).

Na Bahia, embora o governo estadual promova iniciativas como oficinas de capacitação e integração entre prefeituras, cooperativas e agroindústrias familiares, conforme registrado em eventos da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR/CAR) e da Educação, há reconhecimento explícito de que muitos pequenos empreendimentos ainda não atendem aos requisitos de infraestrutura, logística e certificação para fornecer regularmente ao PNAE (GOVERNO DA BAHIA, 2025).

Outro aspecto crítico diz respeito à complexidade da legislação sanitária vigente. Pequenos empreendimentos enfrentam dificuldades para interpretar e atender às normas, que muitas vezes são pensadas com base em parâmetros da agroindústria de grande porte. A ausência de legislação específica para produtos artesanais ou regionais, como os derivados de umbu, maracujá do mato ou leite de cabra, limita o aproveitamento do potencial local.

Entretanto, iniciativas como o Sistema Participativo de Garantia (SPG), reconhecido pelo Ministério da Agricultura, têm sido alternativas relevantes para a certificação de produtos orgânicos e agroecológicos. Essas ferramentas promovem o controle social, o envolvimento dos consumidores e a valorização dos saberes locais, aspectos compatíveis com a realidade da agroindústria familiar.

Além disso, as entrevistas confirmam que programas como o CESOL têm desempenhado um papel estratégico ao articular capacitações, assistência técnica e apoio na comercialização, especialmente por meio de feiras, eventos regionais e inserção em canais institucionais. No entanto, destacam-se demandas por ampliação do escopo de atuação, com foco no suporte à regularização sanitária, desenvolvimento de marcas e rotulagem.

Com base nos resultados já redigidos e na análise do 1º Relatório Técnico Trimestral do CESOL Sertão do São Francisco (ADESBA) no período de outubro/2024 a janeiro/2025, foi elaborada a seguinte síntese analítica complementar.

6.4.1 Convergências entre o Diagnóstico da Pesquisa e a Atuação do CESOL Sertão do São Francisco

Os dados sistematizados no relatório técnico do CESOL reforçam e ampliam os achados levantados neste estudo de campo, particularmente no que se refere aos desafios enfrentados pelas agroindústrias familiares e às possibilidades concretas de transformação por meio de assistência técnica continuada e políticas públicas territorializadas.

6.4.1.1 Apoio técnico estruturado e metodologia participativa

Durante o primeiro trimestre de execução do Contrato de Gestão nº 049/2024, foram atendidos 32 empreendimentos econômicos solidários em municípios do Território Sertão do São Francisco, com destaque para Juazeiro/BA, que concentrou o maior número de ações (8 empreendimentos atendidos). Os serviços prestados abrangeram desde a elaboração de Estudos de Viabilidade Econômica (EVE), desenvolvimento de Planos de Ação personalizados, até assistência técnica em aspectos críticos como gestão, rotulagem, comunicação, comercialização e logística.

Essa abordagem evidencia a aplicação de uma metodologia sensível à realidade dos empreendimentos, especialmente daqueles classificados na “categoria amarela” que se encontram em fase inicial de qualificação e estruturação mercadológica. A organização do atendimento por estágios de maturidade produtiva e comercial demonstra coerência com as recomendações da literatura técnico-científica sobre agroindústrias familiares e tecnologias sociais adaptadas ao semiárido.

Um dos grandes avanços evidenciados no relatório é a atuação voltada à inserção dos produtos da agricultura familiar nos mercados convencionais e institucionais. Empreendimentos assessorados pelo CESOL passaram a comercializar seus produtos em feiras livres semanais, lojas físicas (como o *Armazém da Caatinga*), espaços de comércio justo e também por meio de redes sociais e e-commerce.

Além disso, foi elaborado um Plano de Comunicação e Marketing para a Rede Meu Sertão, com produção de peças gráficas e orientação direta aos grupos sobre presença digital, uso de redes sociais e estratégias de fidelização de clientes. Tais ações respondem diretamente a um dos desafios mais mencionados nas entrevistas

da pesquisa: a baixa visibilidade dos produtos e a dificuldade de se consolidar canais contínuos de escoamento da produção.

O relatório também confirma que 9 dos 32 empreendimentos atendidos passaram a acessar mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por meio do fornecimento de produtos in natura e beneficiados. Essa inserção representa um avanço significativo na consolidação de canais estáveis de comercialização, contribuindo para a segurança alimentar regional e o fortalecimento da economia local. De acordo com Gomes et al. (2025), a participação de agricultores familiares em programas como o PNAE resulta em aumentos expressivos na renda, especialmente entre os beneficiários do Programa Bolsa Família, evidenciando o potencial dessas políticas públicas na promoção da inclusão produtiva rural.

Embora nenhuma proposta de microcrédito tenha sido efetivada no trimestre, o CESOL realizou orientações para acesso ao crédito em 16 empreendimentos, com vistas a futuros investimentos em infraestrutura, regularização e ampliação produtiva. Essa etapa preparatória, com foco na viabilidade e responsabilidade financeira, é relevante no contexto da fragilidade de gestão e acesso a recursos detectado na pesquisa de campo.

O relatório destaca ainda a atuação do CESOL na formação de redes de comercialização, uso de fundo rotativo solidário para aquisição de equipamentos produtivos e melhorias em embalagens, e ações específicas com empreendimentos de resíduos sólidos, como a capacitação de cooperativas para adoção de práticas seguras e sustentáveis.

Essas práticas se alinham diretamente aos princípios dos Sistemas Agroalimentares Sustentáveis, como circularidade econômica, cooperação entre atores locais, uso racional de recursos naturais e fortalecimento das capacidades locais. A produção da cartilha sobre coleta seletiva e o treinamento em NR-6 com cooperativas como a COOPERFITZ demonstram a potencialidade das tecnologias sociais integradas à assistência técnica.

A análise do relatório técnico do CESOL não apenas reforça os achados empíricos da presente pesquisa como também fornece elementos práticos e institucionalizados

que embasam a formulação do Manual Técnico como tecnologia social. Ao adotar uma metodologia integrada, baseada em escuta qualificada, planejamento participativo e ações formativas, o CESOL Sertão do São Francisco se consolida como um ator-chave na transição dos empreendimentos agroindustriais familiares para mercados sustentáveis e redes solidárias.

Essas evidências tornam ainda mais pertinente a sistematização de orientações práticas e pedagógicas voltadas à qualificação da produção, gestão, comunicação e comercialização, missão central do presente Manual. Ao fazê-lo, o material não apenas documenta boas práticas, mas potencializa sua replicação em outros contextos do semiárido nordestino, promovendo inclusão produtiva, segurança alimentar e desenvolvimento territorial sustentável.

Com base na análise integrada dos documentos fornecidos, especialmente o 1º Relatório Técnico Trimestral do CESOL Sertão do São Francisco e os arquivos da 1ª Conferência Municipal de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde de Juazeiro/BA (CMGTES) revela uma convergência estratégica entre as ações do poder público, da sociedade civil e das organizações de apoio técnico no fortalecimento dos empreendimentos da economia solidária — incluindo agroindústrias familiares, como base para a construção de Sistemas Agroalimentares Sustentáveis em Juazeiro/BA.

A 1ª CMGTES reforçou a centralidade da intersetorialidade e da gestão democrática na formulação de políticas públicas, especialmente no que se refere ao acesso a direitos por parte dos trabalhadores da saúde e da população rural e periférica. As diretrizes aprovadas nos três eixos da conferência ressaltam a valorização do trabalho digno, a educação permanente e o controle social, dimensões cruciais também para o fortalecimento da agroindústria de base familiar

A partir do Eixo III da CMGTES, que tratou da educação para o desenvolvimento do trabalho na produção da saúde e do cuidado, emergiram proposições com grande potencial de interface com o fortalecimento da agroindústria familiar. Dentre as sete propostas aprovadas, destacam-se:

Criação de núcleo de formação permanente voltado para agentes comunitários e trabalhadores da saúde, com possível extensão a produtores rurais e agroindustriais locais.

Fortalecimento da educação interprofissional e interdisciplinar como estratégia para integrar universidades, serviços e organizações sociais, o que pode fomentar o surgimento de redes locais de pesquisa, formação e extensão em agroecologia, segurança alimentar e tecnologias sociais.

Tais propostas refletem a compreensão ampliada da saúde como um fenômeno social, cultural e ambiental, em consonância com os princípios dos SAS, que incluem a valorização da biodiversidade, dos saberes locais e da educação crítica para a transformação dos sistemas alimentares.

6.4.1.2 Limites Observados e Perspectivas de Superação

Apesar dos avanços, os relatórios também apontam limites estruturais que ainda impactam a sustentabilidade dos empreendimentos, como:

A baixa adesão de propostas inovadoras na plenária final da CMGTES, muitas vezes por abstenção massiva, o que pode refletir dificuldades na mobilização efetiva da sociedade civil e nos processos formativos prévios.

Dificuldades na adesão formal ao microcrédito e acesso ao SPG, conforme apontado no relatório do CESOL, indicando necessidade de maior apoio técnico-jurídico para que pequenos empreendimentos consigam alcançar regularização e escala de produção;

A fragilidade do fundo rotativo solidário e dos mecanismos locais de financiamento, que ainda não alcançam um volume expressivo para garantir autonomia produtiva dos empreendimentos acompanhados.

6.4.2 Contribuição do Manual Técnico e Incorporação das Diretrizes Locais

Neste cenário, o Manual Técnico proposto como tecnologia social nesta pesquisa se configura como uma ferramenta estratégica para a qualificação contínua dos empreendimentos da agroindústria familiar. Com base nos diagnósticos, propostas e ações mapeadas, o Manual poderá:

- Sistematizar as boas práticas identificadas no CESOL, como o Estudo de Viabilidade Econômica (EVE), Plano de Ação, briefing gráfico e uso de redes sociais;
- Incorporar as diretrizes e propostas da CMGTES voltadas à qualificação, descentralização e valorização do trabalho, em especial no Eixo III;
- Ser um instrumento pedagógico e político, voltado à autonomia dos sujeitos e à articulação entre produção, território e política pública.

Dessa forma, o Manual técnico não se limita a orientar aspectos operacionais da produção agroindustrial, mas se ancora na perspectiva da formação crítica, da organização coletiva e do fortalecimento territorial, articulando saberes e práticas para a consolidação dos Sistemas Agroalimentares Sustentáveis em Juazeiro/BA.

6.5 Estratégias de aproximação, desafios e perfis dos empreendimentos da agroindústria familiar entrevistados

Durante o desenvolvimento da pesquisa, um dos desafios enfrentados foi a limitação de acesso aos locais de produção artesanal dos produtos das agroindústrias familiares. Alguns produtores demonstraram resistência à visita, seja por questões sanitárias, insegurança quanto à exposição de seus processos produtivos, ou mesmo por barreiras logísticas e temporais. Essa limitação, no entanto, impulsionou a adoção de estratégias alternativas para contato direto com os agricultores familiares e suas produções.

Dentre essas estratégias, destaca-se a participação em eventos relevantes de comercialização e articulação territorial da economia solidária, como a Feira da Economia Solidária, realizada nos dias 05 e 06 de abril de 2024, e o Festival da Economia Solidária, de 07 a 11 de agosto, ambos na Orla II de Juazeiro-BA. Esses

espaços funcionam como pontos de convergência entre pesquisadores, consumidores e produtores, possibilitando a observação direta da diversidade de produtos e das práticas de comercialização da agricultura familiar local.

Além disso, foi realizada, no dia 24 de maio de 2024, a Exposição Nutrindo Conhecimento, ação extensionista promovida com apoio do curso de Nutrição de uma instituição de ensino superior de Juazeiro/BA. A iniciativa integrou três disciplinas do curso e ocorreu em conjunto com a Feira Agroecológica, que acontece semanalmente na Vila Bossa Nova. Durante o evento, os feirantes foram orientados sobre controle de qualidade, boas práticas de produção, descarte de resíduos, rotulagem e desenvolvimento de novos produtos com uso de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs). A atividade também gerou um resumo expandido publicado em congresso internacional, que relata o impacto positivo da extensão universitária como promotora de conhecimento técnico adaptado à realidade dos produtores locais.

Figura 5 – Locais estratégicos de aproximação entre produtores da agroindústria familiar e mercados consumidores de alimentos artesanais.



Fonte: Autoria Própria

Esse arranjo metodológico, centrado na interação em espaços públicos de comercialização, revelou-se uma alternativa viável para contornar as limitações de acesso às unidades de produção. Além disso, ampliou a compreensão do pesquisador sobre os desafios enfrentados pelos empreendimentos e permitiu a oferta de soluções concretas e personalizadas, em linha com a perspectiva defendida por Frutuoso et al. (2023).

A partir das entrevistas realizadas com seis produtores(as) de alimentos de origem vegetal e animal, foi possível identificar desafios recorrentes relacionados à adequação das estruturas físicas, à rotulagem e ao controle de qualidade dos produtos. As entrevistas ocorreram em sua maioria de forma dialogada, em espaços como feiras e eventos de economia solidária, favorecendo uma escuta sensível às realidades dos entrevistados.

Quadro 3: Atores Locais da Agroindustrialização e Produção Artesanal

Doce Caseiro Emanuel
Aroma da Caatinga
Sabor do Salitre
Doces Marina
Masseiras do Sertão
Cooperativa da Agropecuária Familiar de Juazeiro e Região - COOAFJUR

Em relação à infraestrutura produtiva, os produtores relataram dificuldades concretas para adaptar suas residências às exigências da legislação sanitária (RDC nº 275/2002 da ANVISA e normas da ADAB), sendo a inexistência de espaços coletivos adequados um dos principais entraves à regularização. A agroindústria de doces, Produtor 1, afirmou: “A gente tenta fazer o certo, mas falta estrutura. É difícil ter uma cozinha só para produção.” O Produtor 3, reforçou: “Fizemos algumas reformas com ajuda do Cesol, mas ainda falta equipamento.”

A rotulagem também se mostrou uma área crítica. Os entrevistados expressaram insegurança quanto à elaboração de rótulos conforme a legislação vigente (BRASIL, 2022), seja pela falta de acesso a modelos técnicos, seja pela ausência de capacitação em design e informação nutricional. O Produtor 4, comentou: “Nosso rótulo é adequado pela Cesol, mas temos dúvidas sobre o que pode ou não colocar.” O Produtor 6, também enfrenta desafios para rotular corretamente os produtos: “Estamos tentando padronizar o layout, com ajuda da Cesol, mas tem muita exigência que a gente ainda não domina.”

Quanto aos produtos desenvolvidos, todos os empreendimentos destacaram a valorização de ingredientes locais, como umbu, tamarindo, maracujá do mato e outras frutas nativas. Segundo a, Produtor 2: “A gente transforma o que tem na roça. Isso é a identidade da nossa terra.” Já o Produtor 6, reforça o diferencial de origem e criação: “Nossos ovos vêm de galinhas criadas, com alimentação natural. O consumidor valoriza isso.”

A comercialização dos produtos ocorre principalmente em feiras locais, redes sociais, armazéns parceiros e compras públicas como o PNAE. Todos os produtores relataram a importância desses canais para a sustentabilidade econômica do empreendimento.

No campo da sustentabilidade, os relatos indicam práticas como reaproveitamento de resíduos, uso racional da água e valorização de técnicas tradicionais. Os produtores demonstraram também forte interesse por formações técnicas e administrativas, sobretudo quando vinculadas à realidade local. “Participar das oficinas do CESOL foi um divisor de águas para mim,” relatou o Produtor 2.

Sobre os avanços mais significativos, destacam-se a formalização dos empreendimentos, acesso a novos mercados, capacitações em boas práticas e apoio técnico de instituições como CESOL, IRPAA e SEBRAE.

Ainda assim, os desafios persistem. Todos os entrevistados citaram a falta de infraestrutura adequada, a dificuldade em acessar crédito, a ausência de espaços compartilhados de produção e a burocracia dos processos de certificação. Em conversa com os feirantes que participam da Feira Agroecológica, na Vila Bossa Nova, resumiu: “O que a gente precisa é de apoio contínuo, não só projeto pontual. Um espaço coletivo ajudaria muita gente.”

Nesse cenário, os participantes indicaram que materiais como manuais técnicos adaptados à realidade do semiárido, com linguagem acessível e conteúdo prático, podem representar um importante instrumento de fortalecimento dos empreendimentos. “Esse manual que vocês estão fazendo pode ajudar quem está começando e até quem já tá no caminho,” destacou o Produtor 1.

Os principais desafios relatados, os canais de comercialização utilizados, os tipos de produtos desenvolvidos, as fontes de apoio institucional e a situação de certificação. Destacam-se a falta de infraestrutura adequada, a necessidade de orientação técnica, a dependência de apoio institucional, a ausência de espaços compartilhados e as dificuldades com a rotulagem. Todos os entrevistados utilizam feiras e canais como padarias, armazéns, redes sociais do Armazém da Caatinga e comércios locais. A maioria desenvolve doces, e nenhum possui certificação.

Tais achados reforçam a necessidade de políticas públicas articuladas e instrumentos formativos acessíveis, como manuais técnicos adaptados, que contribuam para a autonomia e sustentabilidade dos empreendimentos da agroindústria familiar. Nesse sentido, destaca-se a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), instituída pelo Decreto nº 7.794/2012, que estabelece as diretrizes e princípios para o fortalecimento da agroecologia e da produção orgânica no país. Como instrumento de sua execução, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) foi relançado pelo Governo Federal em outubro de 2024, no Dia Mundial da Alimentação. O Planapo visa fortalecer a produção agroecológica e orgânica, apoiar a agricultura familiar e promover sistemas alimentares sustentáveis no Brasil. Sua implementação articula ações de diversos ministérios e instituições, contribuindo diretamente para o avanço de iniciativas como as aqui analisadas (BRASIL, 2024).

7. PRODUTOS DA TESE

7.1 Elaboração de Cartilhas Técnicas para o Processamento de Alimentos.

Com base nas dificuldades enfrentadas pelas agroindústrias familiares no município de Juazeiro-BA, especialmente aquelas vinculadas à Cooperativa Coopercar e acompanhadas pelo CESOL e IRPAA, foram elaboradas cartilhas técnicas voltadas para o aperfeiçoamento dos processos de produção e beneficiamento de alimentos.

A construção dos materiais teve início com a identificação das matérias-primas mais utilizadas, de origem vegetal e animal, e com o mapeamento dos fluxogramas produtivos mais recorrentes. As cartilhas foram desenvolvidas em conformidade com a legislação vigente, utilizando linguagem acessível e recursos gráficos que facilitam a compreensão por parte dos produtores.

Elaboradas em formato digital, as cartilhas visam permitir ampla distribuição entre os atores beneficiários. Entre os conteúdos abordados, destacam-se as boas práticas de fabricação, orientações sobre higiene e manipulação de alimentos, tipos de embalagens sustentáveis, elaboração de rótulos conforme a nova rotulagem nutricional (RDC n° 429/2020 e IN n° 75/2020), rotulagem de produtos orgânicos e recomendações para minimizar impactos ambientais por meio da escolha de embalagens biodegradáveis.

Produções relacionadas:

- **Cartilha Técnica:** *Geleia de uva com biomassa de banana verde*. Disponível em:

<https://saberaberto.uneb.br/items/ef4214ef-0a8d-464b-9408-2fcdbb7dcb56>

7.2 Adequação de Rótulos e Embalagens dos Alimentos Comercializados

Foram analisados os rótulos dos produtos mais comercializados pelas agroindústrias participantes do estudo. Essa análise visou garantir o atendimento à legislação nacional de rotulagem, com destaque para a tabela nutricional obrigatória,

identificação de alergênicos, ingredientes, advertências frontais (modelo de lupa nutricional) e informações de origem.

A partir dessa avaliação, foram sugeridas adequações técnicas nos rótulos e melhorias estéticas, com o intuito de reforçar a identidade dos produtos enquanto alimentos artesanais e sustentáveis. Também foram indicadas alternativas de embalagens mais adequadas ao armazenamento, à logística e à conservação dos alimentos, considerando o impacto ambiental dos materiais utilizados.

7.3 Publicações Científicas

Durante o desenvolvimento da pesquisa, foram gerados diversos produtos acadêmicos, visando a divulgação científica dos resultados alcançados. Dentre as produções destacam-se:

Artigos científicos publicados:

- *Sustentabilidade e inovação: o papel das tecnologias para o desenvolvimento de cidades inteligentes e sustentáveis*. IOSR Journal of Business and Management, v. 26, n. 8, 2024. DOI: 10.9790/487X-2608122226. Link

Capítulos de livros:

- *Manual técnico sobre mercados e canais de comercialização de culturas agrícolas no Submédio São Francisco*. (2021) – Cultura da Uva. DOI: 10.53268/BKF22010207
- *Educação agroecológica e turismo rural na agricultura familiar: uma relação transversal*. In: Agroecologia em Nós – Diálogos com a Carta Encíclica Laudato Si'. Salvador: Editora Mente Aberta, 2022.

Resumos expandidos em eventos científicos:

- *Produção de alimentos, nutrição humana e biossegurança – contrastes entre produção convencional e a produção orgânica*. 18º Congresso Nacional de

Meio Ambiente (2021).

- *IMERSÃO EM TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: vivência de uma família no Sítio Vista do Monte – Senhor do Bonfim-BA.*
- *Aplicabilidade Fitoterápica do E. mulungu (Erythrina velutina) na Nutrição.* III COANUT. DOI: 10.54265/VMDH7844

Ações extensionistas e de popularização do conhecimento:

- *A importância das feiras para a comercialização dos produtos da agroindústria familiar em Juazeiro-BA.* Publicado nos anais do CIMCCTS. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14947912>
- *Conectando Saberes: extensão universitária e agricultura familiar na exposição “Nutrindo Conhecimento”.* Revista Multidisciplinar de Educação e Meio Ambiente. DOI: 10.51189/CONINTERS2024/41403

7.4 Manual Técnico

Atendendo às diretrizes da CAPES sobre a produção de manuais e protocolos técnicos como produtos qualificados de Programas Profissionais, foi elaborado o **Manual Técnico: Boas Práticas para Produção e Comercialização Sustentável de Alimentos Artesanais e Agroindustriais – Soluções para o Fortalecimento da Agroindústria Familiar no Território do Sertão do São Francisco.**

O material apresenta um conjunto estruturado de conhecimentos, decisões e orientações práticas voltadas às agroindústrias familiares da região de Juazeiro-BA e do semiárido baiano. Sua construção baseou-se em análises técnicas, vivências de campo, entrevistas com agricultores(as), revisão de legislações específicas, experiências extensionistas e contribuições de especialistas e instituições parceiras.

Organizado em linguagem acessível e com ilustrações, o manual aborda os seguintes eixos temáticos:

- Boas práticas de fabricação e higiene;
- Regularização sanitária e rotulagem nutricional conforme RDC nº 429/2020 e IN nº 75/2020;
- Tecnologias sociais adaptadas ao beneficiamento local;
- Desenvolvimento de produtos com identidade territorial;
- Aproveitamento integral dos alimentos;
- Estratégias de comercialização solidária;
- Sustentabilidade nos processos produtivos.

Além de servir como guia para agricultores(as), cooperativas e associações, o manual também pode ser utilizado como material de apoio em oficinas, cursos de formação e ações de assistência técnica.

Referência técnica do manual:

SILVA, Sibery dos Anjos Barros e. *Manual técnico: boas práticas para produção e comercialização sustentável de alimentos artesanais e agroindustriais: soluções para o fortalecimento da agroindústria familiar no território do Sertão do São Francisco* / Sibery dos Anjos Barros e Silva; equipe técnica: Alexandre Boleira Lopo, Fábio Del Monte Coccozza. Juazeiro: Universidade do Estado da Bahia, 2025. 120 p.

Esses materiais reafirmam o compromisso do trabalho com a integração entre pesquisa, ensino e extensão, articulando conhecimentos técnico-científicos e saberes tradicionais.

8 CONCLUSÃO

Conclui-se que a consolidação da agroindústria familiar em Juazeiro/BA, no contexto dos Sistemas Agroalimentares Sustentáveis, requer uma abordagem sistêmica, intersetorial e territorializada, que considere as especificidades da produção local e as múltiplas dimensões que envolvem a gestão, o beneficiamento e o planejamento da comercialização. A análise evidenciou que, embora a agroindústria familiar esteja em processo de fortalecimento, ainda enfrenta entraves significativos relacionados à regularização sanitária, à capacidade produtiva, à logística e à inserção qualificada nos mercados institucionais, especialmente no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Nesse cenário, ressalta-se o papel estratégico das tecnologias sociais como instrumentos de qualificação produtiva, inovação tecnológica e fortalecimento da governança local. A atuação de instituições como o CESOL e o IRPAA tem se mostrado essencial na mediação técnica, na adequação sanitária dos produtos e na orientação dos empreendimentos diante de um ambiente regulatório frequentemente fragmentado e de difícil acesso para pequenos produtores.

Torna-se urgente, portanto, a formulação de políticas públicas que promovam maior integração normativa e institucional, com critérios sanitários ajustados à realidade da produção artesanal e familiar, sem desconsiderar os saberes tradicionais e os modos de vida do semiárido. O fortalecimento da agroindústria familiar revela-se como uma estratégia potente para promover a segurança alimentar e nutricional, a geração de trabalho e renda, a valorização da cultura alimentar regional e a ampliação dos circuitos curtos de comercialização.

Além disso, ao integrar-se aos princípios do Guia Alimentar para a População Brasileira e às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os sistemas agroalimentares sustentáveis se configuram como mecanismos fundamentais para mitigar os efeitos do aquecimento global, por meio da redução das emissões associadas ao transporte e processamento industrial de alimentos, do uso eficiente de recursos naturais e da preservação da biodiversidade local.

Esses sistemas, quando orientados por práticas agroecológicas e por cadeias curtas de valor, não apenas reduzem o impacto ambiental das atividades produtivas, mas também elevam a qualidade da alimentação da comunidade, promovendo o consumo de alimentos frescos, sazonais e culturalmente adequados.

Por fim, reforça-se que o fortalecimento da agroindústria familiar, sustentado por políticas inclusivas, capacitação técnica contínua, financiamento acessível e planejamento territorial integrado, constitui-se em um vetor de transformação social, econômica e ambiental, contribuindo para a resiliência dos territórios, o desenvolvimento socioeconômico sustentável e o enfrentamento das mudanças climáticas a partir do fortalecimento dos sistemas agroalimentares locais.

REFERÊNCIAS

ADESBA – ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO DA BAHIA. CESOL Sertão do São Francisco. [s.d.]. Disponível em: <https://www.adesba.com.br/cesol-sert%C3%A3o-do-s%C3%A3o-francisco>. Acesso em: 1 ago. 2025.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E EXTENSÃO RURAL (AGRAER). Assistência técnica, crédito e demanda do mercado são desafios à agricultura familiar. Campo Grande, MS, 2022. Disponível em: <https://www.agraer.ms.gov.br/assistencia-tecnica-credito-e-demanda-do-mercado-sa-o-desafios-a-agricultura-familiar/>. Acesso em: 22 maio 2025.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA. Rotulagem nutricional: novas regras entram em vigor em 75 dias. Brasília, 26 jul. 2022. Atualizado em 28 jul. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2022/rotulagem-nutricional-novas-regras-entram-em-vigor-em-75-dias>. Acesso em: 24 ago. 2022.

AGRO'N'FOOD ACADEMY. Ciência e tecnologia de alimentos: pesquisas e avanços. v. 5, 2023. Disponível em: <https://agronfoodacademy.com/wp-content/uploads/2024/05/Livro-CTA-5.pdf>. Acesso em: 20 maio 2025.

AGROZIL. Produção de orgânicos cresce no Brasil e ganha espaço no mercado. 2023. Disponível em: <https://agrozil.com.br/noticias/destaque-1/producao-de-organicos-cresce-no-brasil-e-ganha-espaco-no-mercado/>. Acesso em: 25 maio 2025.

ALMEIDA, M. D.; PINTO, L. F. Sistemas Agroalimentares Sustentáveis: Teorias e práticas. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 10520: informação e documentação – citações em documentos – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 14724: informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 6024: informação e documentação – numeração progressiva das seções de um documento escrito – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 6027: informação e documentação – sumário – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012b..

AUTOR DESCONHECIDO. Custo Brasil atinge o patamar de R\$ 1,7 trilhão e MDIC prepara plano para redução. *Ministério da Indústria, Comércio e Serviços – Governo do Brasil*, 19 maio 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/custo-brasil-atinge-o-patamar-de-r-1-7-trilhao-e-mdic-prepara-plano-para-reducao>. Acesso em: 15 jun. 2025.

ÁVILA, Camila de Matos. Diagnóstico situacional: uma ferramenta possível no planejamento estratégico do centro de atendimento e estudo da família. 2012. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Informação Científica e Tecnológica em Saúde) – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz; Grupo Hospitalar Conceição, Porto Alegre, RS, 2012. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6487>. Acesso em: 13 dez. 2020.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Tradução de L. de A. Rego e A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2006. (Obra original publicada em 1977).

BATISTA, C. L. R.; STOFFEL, J. Agroecologia e produção orgânica: características que distinguem e/ou aproximam os sistemas de produção sustentáveis. Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional, v. 19, ed. esp., p. 25–38, 2022. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/2413/1541>. Acesso em: 22 maio 2025.

BAHIATER – Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural. Territórios de identidade. 2017. Disponível em:

<https://www.bahiater.sdr.ba.gov.br/servicos/territorios-de-identidade>. Acesso em: 1 ago. 2025.

BERGONSI, M., MARCO D. De, ROSSINI, K., LEMOS, C DA R., BATISTA, L. De M. Rotulagem de Produtos em uma Agroindústria Familiar de Produção de ovos. Anais de Congresso. Seminário de extensão, Bento Gonçalves/RS, 2020, Disponível em: <file:///C:/Users/User%20Client/Downloads/9580-19199-2-PB.pdf>. Acesso em 22/07 de 2022.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Instrução Normativa nº 281, de 1º de setembro de 2024. Estabelece, em anexos, as categorias de alimentos e embalagens sujeitas à regularização por registro, notificação ou comunicação. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 set. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/setorregulado/regularizacao/alimentos/dispensa-de-registro>. Acesso em: 22 maio 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 27, de 6 de agosto de 2010. Dispõe sobre as categorias de alimentos e embalagens dispensadas e com obrigatoriedade de registro sanitário. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 ago. 2010. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/res0027_06_08_2010.html. Acesso em: 22 maio 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 240, de 26 de julho de 2018. Altera a RDC nº 27, de 6 de agosto de 2010, que dispõe sobre as categorias de alimentos e embalagens dispensadas e com obrigatoriedade de registro sanitário. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 jul. 2018. Disponível em: <https://www.esp.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/78/2022/08/Resolucao-Diretoria-Colegiada-RDC-240-2018-alimentos-isentos-de-registro.pdf>. Acesso em: 22 maio 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 843, de 1º de setembro de 2024. Dispõe sobre as formas de regularização sanitária de alimentos e embalagens no Brasil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 set. 2024. Disponível em:

<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/setorregulado/regularizacao/alimentos/dispensa-de-registro>. Acesso em: 22 maio 2025.

BRASIL. CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015. Brasília, DF: CAISAN, 2011. 132 p. ISBN 978-85-60700-47-9. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/Plano_Caisan.pdf. Acesso em: 21 jul. 2025.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020. Estabelece as diretrizes para o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, DF: FNDE, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2020/resolucao-no-6-de-08-de-maio-de-2020/view>. Acesso em: 24 maio 2025.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Resolução nº 3, de 4 de fevereiro de 2025. Altera a Resolução FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, que estabelece as diretrizes para o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE. Brasília, DF: FNDE, 2025. Disponível em: <https://cae.see.ac.gov.br/noticias-voce-sabia-que-a-resolucao-fnde-no-06-2020-foi-atualizada/>. Acesso em: 24 maio 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 dez. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm. Acesso em: 16 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2009.

BRASIL. Lei nº 14.660, de 3 de maio de 2023. Altera a Lei nº 11.947/2009 para garantir maior participação das mulheres rurais nas compras públicas do PNAE. Diário Oficial da União, Brasília, 2023b.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. *O que são produtos orgânicos*. Portal Gov.br, 8 maio 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/o-que-sao-organicos>. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Certificação de produtos orgânicos. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos>. Acesso em: 25 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Cadastro Nacional de Organizações Participantes do Sistema Participativo de Garantia – SPG. Brasília: MAPA, 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Instrução Normativa nº 19, de 28 de maio de 2009*. Aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 maio 2009. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/arquivos-organicos/IN_19_28052009_MECANISMOS.pdf. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *O que são produtos orgânicos?* Brasília: MAPA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/o-que-sao-produtos-organicos>. Acesso em: 25 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Obter Certificação de Produtos Orgânicos - Produção Primária Vegetal. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-certificacao-de-produtos-organicos-producao-primaria-vegetal>. Acesso em: 22 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Plano estratégico*

2020–2031. Brasília, DF: MAPA, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/age/plano-estrategico-do-mapa/pemapa20202031versao01.pdf>. Acesso em: 22 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Sistemas Participativos de Garantia. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/arquivos-publicacoesorganicos/sistema_participativo.pdf. Acesso em: 22 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Solicitar o Selo Nacional da Agricultura Familiar (SENAF). Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-o-selo-nacional-da-agricultura-familiar-sena-f-e-expor-produtos-na-vitrine>. Acesso em: 22 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Obter certificação de produtos orgânicos – produção primária vegetal. Portal Gov.br, 15 maio 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-certificacao-de-produtos-organicos-producao-primaria-vegetal>. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 429, de 8 de outubro de 2020. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, ed. 195, p. 106, 9 out. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-de-diretoria-colegiada-rdc-n-429-de-8-d-e-outubro-de-2020-282070599>. Acesso em: 13 dez. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. Guia Alimentar Para a População Brasileira. Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 13/12/2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica é lançado no Dia Mundial da Alimentação. Brasília, 2024. Disponível em:

<https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/10/plano-nacional-de-agroecologia-e-producao-organica-e-lancado-no-dia-mundial-da-alimentacao>. Acesso em: 30 jun. 2025.

BURSZTYN, Marcel. Interdisciplinaridade: é hora de institucionalizar! *Revista Ambiente e Sociedade*, Campinas, v. 2, n. 5, p. 229-232, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a19.pdf>. Acesso em: 5 out. 2023.

CABRAL, Bianca da Conceição; VIDAL, Cleice da Luz; LEÃO, Paula Valente; DIAS, Ivanira Amaral. Inclusão de alimentos da agricultura familiar no PNAE: análise dos desafios e possibilidades por meio de uma ferramenta problematizadora. *ResearchGate*, 2023. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/376590710>. Acesso em: 18 jul. 2025.

CARDOSO, Susana; RÜBENSAM, Jane Maria. *Elaboração e avaliação de projetos para agroindústrias*. 2. ed. rev. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad402.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2020

CARRANO, S. H. S. *Estudo sobre rotulagem do alimento orgânico – Rio de Janeiro* : Editora: OrganicsNet Cartilha. Sociedade Nacional de Agricultura, 2008. 30 p. Disponível em: <https://www.organicsnet.com.br/site/wp-content/uploads/cartilha-rotulagem.pdf>. Acesso em: 22 agosto 2022

CASEMIRO, Ítalo de Paula; BECKER, Cláudio. Sistemas Participativos de Garantia (SPG) como alternativa de certificação de produtos orgânicos em sistemas agroalimentares sustentáveis. *Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional*, Taquara: FACCAT, v. 21, n. 2, p. 3–25, abr./jun. 2024. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/5192>. Acesso em: 16 jun. 2025.

CENCI, Alexander; SCHNEIDER, Sergio. Impacto da Covid-19 nos canais de comercialização e mercados das agroindústrias familiares da Serra Gaúcha. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, [S.l.], v. 25, p. e1961, fev. 2023. Disponível em: <https://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/1961>. Acesso em: 16 maio 2025..

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CI ORGÂNICOS. *Segmento de orgânicos movimentou R\$ 5,8 bilhões em 2020*. 2021. Disponível em: <https://ciorganicos.com.br/noticia/segmento-de-organicos-movimentou-r-5-8-bilhoes-em-2020/>. Acesso em: 22 maio 2025.

CLAPP, Jennifer. *Food*. 2. ed. Cambridge: Polity Press, 2016

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DA BAHIA. Conselho Estadual de Cultura. [s.d.]. Disponível em: <http://www.conselhodecultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=35>. Acesso em: 1 ago. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO – 3ª REGIÃO. *Alimentação Escolar e Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: CRN-3, 2020. Disponível em: <https://crn3.org.br>. Acesso em: 25 maio 2025.

CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO- 3ª REGIÃO. *Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030*. São Paulo: CRN-3, 2020. Disponível em: <https://crn3.org.br/noticia/Agenda-2030-e-os-Objetivos-de-Desenvolvimento-Sustentavel>. Acesso em: 13 dezembro 2020.

COSTA, Felipe Ferrari da; MELO, Luana Fernandes; FROELICH, José Marcos. *Sistemas agroalimentares sustentáveis e sua importância para a saúde coletiva*. Agron Food Academy, 05 ago. 2021. Disponível em: <https://agronfoodacademy.com/sistemas-agroalimentares-sustentaveis-e-sua-importancia-para-a-saude-coletiva/>. Acesso em: 11 maio 2025.

CRUZ, Fabiana Thomé da. *Agricultura familiar, processamento de alimentos e avanços e retrocessos na regulamentação de alimentos tradicionais e artesanais*. *Revista Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 58, n. 2, e190965, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032020000200208&l

[ng=en&nrm=iso](#). Acesso em: 17 dez. 2020.
<https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.190965>.

DAMKE, Luana Inês; MAFFINI GOMES, Clandia Maffini; GODOY, Taís Pentiado; BARBIERI DA ROSA, Luciana Aparecida; PATIAS, Tiago Zardin. Políticas públicas para agroindústrias familiares e o desenvolvimento regional. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA27-2_politicas_publicas/ESA27-2_politicas_publicas_PDF. Acesso em: 21 jul. 2025.

DALY, Herman E. *Steady-State Economics*. 2. ed. Washington, D.C.: Island Press, 1991.

DECRETO-LEI Nº 49.948, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012 (publicado no DOE n.º 239, de 13 de dezembro de 2012). Regulamenta a Política Estadual de Agroindústria Familiar no Estado do Rio Grande do Sul, cria o Comitê Gestor e dá outras providências. Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/202002/06092009-dec-49-948-regulamenta-a-politica-estadual-de-agroindustria-familiar.pdf>. Acesso em 22/04/2022.

DEGGERONE, Zenicléia Angelita; SCHNEIDER, Sergio. OS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO UTILIZADOS PELOS AGRICULTORES FAMILIARES EM ARATIBA – RS. Organizações Rurais & Agroindustriais, [S. l.], v. 24, p. e1892, 2022. Disponível em: <https://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/1892>. Acesso em: 22 jul. 2025.

ELIAS, Lilian de Pellegrini.; PERIN, Gabriela.; SILVA, Julia de Oliveira; VIDIGAL, Lea.; MARQUES, Felipe Jabali. Construção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e inclusivos através das compras públicas de alimentos da agricultura familiar: uma revisão integrativa. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 63, p. e286963, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2025.286963>. Acesso em: 01 ago. 2025.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). *Plano de negócios 2024 e estratégia 2024–2030*. Brasília, DF: Embrapa, 2024. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1164706/1/PLANO-NEGOCIOS-2024.pdf>. Acesso em: 22 maio 2025.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). *Políticas públicas para a agricultura familiar*. Brasília, DF: Embrapa, 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/politicas-publicas>. Acesso em: 22 maio 2025.

EARTH4ALL. *A Survival Guide for Humanity*. Gabriola Island, BC: New Society Publishers, 2022. Disponível em: <https://earth4all.life>

FACHIN, Odília. *Fundamentos de metodologia*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. *The State of Food and Agriculture 2023: Revealing the true cost of food to transform agrifood systems*. Rome: FAO, 2023. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cc7724en/cc7724en.pdf>. Acesso em: 24 maio 2025.

FERRARI, Dilvan Luiz. *Cadeias Agroalimentares curtas: a construção social de mercados de Qualidade pelos Agricultores Familiares em Santa Catarina*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/49829/000828691.pdf?sequence=1> Acesso em: 13/12/2020.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020. Atualizada pela Resolução nº 3, de 4 de fevereiro de 2025. Brasília: FNDE, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde>. Acesso em: 25 maio 2025.

FNDE. FNDE atualiza normas do Programa Nacional de Alimentação Escolar Publicado em 12 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/area-de-imprensa/noticias/item/13514-fnde-atualiza-normas-do-programa-nacional-de-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar> acesso em : 22/08/2022.

FRAGA, Ligia Kochhan de; GONÇALVES, Larisse Medeiros; GODOY, Wilson Itamar; OUTEIRO, Marlete Turmina. *Sistemas agroalimentares sustentáveis e saudáveis: reflexões a partir da perspectiva agroecológica*. *Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional*, Taquara: FACCAT, v. 19, ed. esp. (SOBER), 2022.

Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/2788>. Acesso em: 15 jun. 2025.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia* (Ribeirão Preto), v. 14, p. 139-152, 2004

FREITAS, J. F. de., VINHA. M. B., e DIAS. R. Q., Rotulagem de alimentos: orientações para elaboração de rótulos dos produtos da agricultura familiar.,. - Vitória, ES : Incaper, 2017. 60 p. (Incaper. Circular Técnica, 06-I). disponível em: <https://biblioteca.incaper.es.gov.br/digital/bitstream/123456789/2907/1/BRT-rotulagemdealimentos-incaper.pdf>. Acesso em: 22/07/2022

GASKELL, George. Entrevista individual e grupal. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs); tradução de Pedrinho A. Guareschi. *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e social: um manual prático*. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GIBBS, Graham. *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GILL, Rosalind. Análise de Discurso. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs); tradução de Pedrinho A. Guareschi. *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e social: um manual prático*. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GOMES, Marilena Cordeiro; LAZARETTI, Lauana Rossetto; ASSIS, Tiana; BECKER, Kalinca Léia; BENDER FILHO, Reisoli. Impacto do Programa Nacional de Alimentação Escolar na renda dos agricultores familiares beneficiários do Programa Bolsa Família. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 63, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/xtrMByCR3ZPzD8pHhztwgQy>. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2025.286558>. Acesso em: 15 jun. 2025.

GOMES, Marilena Cordeiro; LAZARETTI, Luís Renato; ASSIS, Tamires; BECKER, Karine Leitzke; BENDER FILHO, Rudinei. Impacto do Programa Nacional de Alimentação Escolar na renda dos agricultores familiares beneficiários do Programa Bolsa Família. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 63, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2025.286558>

GONDIM, S. M. G. et al. Da descrição do caso à construção da teoria ou da teoria à exemplificação do caso? Uma das encruzilhadas da produção do conhecimento em administração e áreas afins. *Organizações e Sociedade*, v.12, n.35, p. 47-69, 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/osoc/v12n35/a03v12n35.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2010

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Mapa interativo do estado da Bahia: município de Juazeiro. Disponível em: http://www1.saude.ba.gov.br/mapa_bahia/municipioch.asp?CIDADE=291840. Acesso em: 1 ago. 2025

GOVERNO DA BAHIA. *Bahia promove oficina para fortalecer o PNAE e une agricultura familiar e alimentação escolar*. Salvador: Governo da Bahia, 30 maio 2025. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/comunicacao/noticias/2025-05/369418>. Acesso em: 18 jul. 2025.

HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS ON FOOD SECURITY AND NUTRITION (HLPE). *Food security and nutrition: building a global narrative towards 2030*. Rome: HLPE, 2020. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/8357b6eb-8010-4254-814a-1493faaf4a93/content>. Acesso em: 20 maio 2025

HLPE. *Food security and nutrition: building a global narrative towards 2030*. Rome: Committee on World Food Security, 2020.

IBGE. Censo Agropecuário 2017. Publicado em 30 de setembro de 2017. <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em 22/08/2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Juazeiro. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/juazeiro.html>. Acesso em: 12 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico. Rio de Janeiro, [2010]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=resultados>. Acesso em: 29 mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/normastabular.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020

INSTITUTO KAIROS. *Grupos de Consumo Responsável: guia prático para organização e funcionamento*. São Paulo: Instituto Kairós, 2020. Disponível em: <https://institutokairos.net/wp-content/uploads/2020/10/Grupos-de-Consumo.pdf>. Acesso em: 22 maio 2025.

INSTITUTO KAIROS. Guia de Grupos de Consumo Responsável. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://institutokairos.net>. Acesso em: 25 maio 2025.

INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA – IRPAA. Institucional. [s.d.]. Disponível em: <https://irpaa.org/institucional/>. Acesso em: 1 ago. 2025.

LEITE, Maria Laís dos Santos. Políticas Públicas, Desenvolvimento Sustentável e Agricultura Familiar: Uma Avaliação de Percepção Junto a Agricultores(as) Familiares Beneficiários(as) do Programa de Aquisição de Alimentos em Barbalha-CE. 2016, dissertação: mestrado; Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável – PRODER/MDER; Universidade Federal Do Cariri (UFC); Cariri –CE, 2016.

SILVA, Sandro Pereira. de. Agricultura familiar e políticas públicas: por uma abordagem territorial do desenvolvimento. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 47, n. esp., p. 105–120, 2012.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista katálysis*, v. 10, p. 37-45, 2007.

MAPA. Agricultura Familiar. Publicado em 26/08/2019 16h07 - Atualizado em 25/05/2022.

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar1#:~:text=Agricultura%20Familiar%20%C3%A9%20a%20principal,%2C%20agricultores%2C%20extrativistas%20e%20pescadores>. acesso em: 24 set 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003

MARTINELLI, Lucas; DOS ANJOS, Flávio Sacco. Valorização dos queijos artesanais brasileiros: aplicabilidade de três sinais distintivos de qualidade para o queijo coalho artesanal da região nordeste. *Memória em Rede*, Pelotas, v. 15, n. 28, p. 1–18, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/25553>. Acesso em: 16 jun. 2025.

MDA – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR. *Políticas públicas para agricultura familiar: PAA e PNAE*. Brasília: MDA, 2024.

MORAGUES-FAUS, Ana; SONNINO, Roberta; MARSDEN, Terry. Exploring European food system vulnerabilities: Towards integrated food security governance. *Environmental Science & Policy*, [S. l.], v. 75, p. 184–215, 2017. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/eee/enscpo/v75y2017icp184-215.html>. Acesso em: 19 maio 2025.

MUNOZ, Marcela Guzman; SOARES, JOÃO PAULO GUIMARÃES; JUNQUEIRA, Ana Maria Resende; SALES, Pedro Canuto Macedo. Impactos ambientais da implantação do sistema de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) em unidades familiares do Distrito Federal. *Revista Brasileira de Agroecologia*, [S. l.], v. 15, n. 5, p. 11, 2020. DOI: 10.33240/rba.v15i5.22871. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbagroecologia/article/view/50184>. Acesso em: 22 jul. 2025.

MUKÁ – PLATAFORMA AGROECOLÓGICA. Guia para regularização de agroindústrias da agricultura familiar agroecológica. Coordenação geral: Tatiane Botelho da Cruz. Pesquisa e organização: Gustavo Magno Souza de Magalhães. Supervisão técnica e conteúdo: Luciane Aliprandini. Revisão técnica: Mathias Fernandes (Cap. 1), Fernanda Bertuol (Cap. 2). Coordenação editorial: Cinthia Sento Sé. Edição, diagramação e revisão: SLA Propaganda. Fotos: Luisa Dörr, Acervo Muká – Plataforma Agroecológica. Realização: Rede de Agroecologia Povos da

Mata, Tabôa Fortalecimento Comunitário, Instituto Ibi de Agroecologia. [S.l.]: Muká – Plataforma Agroecológica, [202?]. Disponível em: <https://guiaagroindustria.muka.org.br/#section-projeto>. Acesso em: 22 jul. 2025.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 25 maio 2025.

NICHELE, Fernanda Severo; WAQUIL, Paulo Dabdab. Agroindústria familiar rural, qualidade da produção artesanal e o enfoque da teoria das convenções. *Cienc. Rural*, Santa Maria, v. 41, n. 12, pág. 2230-2235, dezembro de 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84782011001200030&lng=en&nrm=iso>. acesso em 17 de dezembro de 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-84782011001200030> .

NUNES, Emanuel Márcio; LIMA JÚNIOR, Francisco Chagas de; RAMALHO, Samara de Melo; FREITAS, Carla Camila Gomes. Agroindústria de pequeno porte, mercados digitais e sistemas agroalimentares regionais: a cadeia produtiva do arroz vermelho no território Sertão do Apodi, Rio Grande do Norte. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 29, n. 1, 2020. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/16849>. Acesso em: 25 maio 2025.

ONU – Organização das Nações Unidas. *Relatório Anual das Nações Unidas no Brasil – 2024*. Brasília: ONU Brasil, 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/279199-relat%C3%B3rio-anual-das-na%C3%A7%C3%B5es-unidas-2024>. Acesso em: 24 maio 2025.

ONU – Organização das Nações Unidas. *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. [S. l.]: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 24 maio 2025.

ORGANIS – Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável. Consumo de orgânicos cresce 16% no Brasil entre 2021 e 2023. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://organis.org.br/consumo-de-organicos-cresce-16-no-brasil-entre-2021-e-2023/>. Acesso em: 25 maio 2025.

PASSINI, João José; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo; ROCHA, Flávio de Matos; KRETER, Ana Cecília. Evolução da agroindústria rural familiar no Brasil: um olhar para a dimensão econômica. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 29, n. 1, 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/384714705_Evolucao_da_Agroindustria_Rural_Familiar_no_Brasil_um_olhar_para_a_dimensao_economica. Acesso em: 25 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OECD). *Sustainability Initiatives and Responsible Business Conduct in Latin America and the Caribbean*. Paris: OECD Publishing, 2024. DOI: 10.1787/5178fb0d-en.

OECD; Economic Commission for Latin America and the Caribbean; CAF Development Bank of Latin America; European Commission. *Latin American Economic Outlook 2024: Financing Sustainable Development*. Paris: OECD Publishing, 2024. DOI: 10.1787/c437947f-en.

PEULIĆ, Tatjana; MARIĆ, Aleksandar; MARAVIĆ, Nikola; NOVAKOVIĆ, Aleksandra; KALENJUK PIVARSKI, Bojana; CABARKAPA, Ivana; LAZAREVIĆ, Jasmina; ŠMUGOVIĆ, Stefan; IKONIĆ, Predrag. Consumer attitudes and preferences towards traditional food products in Vojvodina. *Sustainability*, [S.l.], v. 15, n. 16, p. 12420, 2023. DOI: <https://doi.org/10.3390/su151612420>. Acesso em: 16 jun. 2025.

PRUDÊNCIO DE MERA, Claudia Maria; MENEGAZZI, Thomas Rosa; DIAZ, Jorge Stumpfs. Análise da conformidade higiênico-sanitária de unidades agroindustriais familiares produtoras de derivados lácteos em municípios do Rio Grande do Sul. *Redes* (St. Cruz Sul, Online), Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 2, p. 832-856, maio 2020. ISSN 1982-6745. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/13551>. Acesso em: 17 dez. 2020. doi:<https://doi.org/10.17058/redes.v25i2.13551>.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Brasília: ONU Brasil, [s.d.]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 18 jul. 2025.

ROCHA, Emanuela Cardoso; SILVA, Yara Dayane de Lira; MARQUES, Jacyara Farias Souza; WANDERLEY, Helmara Gicelli Formiga; SILVA, Rosilene Agra da; VIEIRA, Maria Marques Moreira. Aspectos legais para regularização da agroindústria familiar no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 12, n. 9, e1812943128, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v12i9.43128>. Acesso em: 12 jul. 2025.

RODRIGUES, Márcia Maria; NASCIMENTO, Rita de Cássia da Silva; OLIVEIRA, Eliane Carla Rodrigues de. Assistência técnica em agroindústria familiar: certificação artesanal de polpa de frutas (Concórdia-PA). *Secretariado Executivo em Revista*, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 01–24, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/2303>. Acesso em: 14 jul. 2025.

ROSSETTI. F.X., WINNIE. L. SILVA. M.V., O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o desafio da aquisição de alimentos regionais e saudáveis. Revista: Serviço Alimentar e Nutricional. UNICAMP., Campinas, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8647528/14848>. Acesso em: 22/08/2022

SACCOL, Amarolinda Zanela; REINHARD, Nicolau. Tecnologias de informação móveis, sem fio e ubíquas: definições, estado-da-arte e oportunidades de pesquisa. RAC: Revista de Administração Contemporânea, v.11, n.4, 2007.

SACHS, Ignacy. Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento sustentável. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Planejamento.

SANTOS, L. C. Diagnóstico Situacional da Unidade Básica de Saúde Barreiro de Cima. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010. Disponível em: https://www.ufmg.br/portalprosaudebh/images/pdf/BC_diagnostico.pdf. Acesso em: 13/12/2020.

SANTOS, Lalesca Silva. SILVA, Darlan Marques da. Aplicação do Mapa de Processo em uma Agroindústria do Sudoeste Goiano para Melhoria do Processo de Salsichas. [TCC] Rio Verde – GO. Disponível em: <http://www.unirv.edu.br/conteudos/fckfiles/files/APLICA%C3%87%C3%83O%20DO%20MAPA%20DE%20PROCESSO%20EM%20UMA%20AGROINDUSTRIA%20DO%20SUDOESTE%20GOIANO%20PARA%20MELHORIA%20DO%20PROCESSO%20DE%20SALSICHAS.pdf> Acesso em: 13 dez 2020.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, [S. l.], v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 22 jul. 2025.

SAUCEDO, Adelar Nunes; SILVA, Mygre Lopes da; SILVA, Rodrigo Abbade da; SOPEÑA, Mauro Barcellos. Políticas públicas para a agricultura familiar: uma análise da execução dos programas PAA e PNAE baseada nos atores sociais participantes. *Grifos*, Chapecó: Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó, v. 33, n. 61, 2024. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/7286/3904>. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v33i61.7286>. Acesso em: 15 jun. 2025.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2008.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade e as novas formas de inserção dos agricultores familiares. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 27–45, 2003. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/181>. Acesso em: 22 maio 2025.

SCHWAB, Patricia Ines; MORAES, Jorge Luiz Amaral de; CORRENT, Adriana Regina. Sistemas agroalimentares sustentáveis: a produção familiar e a comercialização local de alimentos orgânicos em Rolante-RS. *Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional*, Taquara, v. 19, ed. esp. 1 (SOBER), p. 143–166, 2022.

Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/19279>. Acesso em: 25 maio 2025.

SEBASTIANY, Paula Ester. E.; ROTTA, Edemar. Agroindústrias familiares no meio rural: potencialidades e limites na perspectiva do desenvolvimento local sustentável. *Regionem*, Chapecó, v. 1, n. 2, p. 1–15, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/REGIONEM/article/view/14088/9025>. Acesso em: 22 maio 2025.

SEBRAE. Boas práticas de fabricação para pequenas agroindústrias. Brasília: SEBRAE, 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA. Instituições de ensino: escolas da rede estadual. Disponível em: https://sites.google.com/a/spg.sc.gov.br/portal/indicadores/ind_educacao/instituicoes-de-ensino/escolas/rede-estadual. Acesso em: 18 jul. 2025.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. Agroindústria: boas práticas de fabricação de alimentos .Rural. 2. ed. – Brasília: Senar, 2019 Disponível em: https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/174-Agroindustria_Boas_praticas_NOV_O_190807_174337.pdf. . Acesso em 17 de dezembro de 2020.

SILVA, M. A.; NASCIMENTO, A. L. O papel do PAA e do PNAE na comercialização da agricultura familiar: avanços e retrocessos. *Revista de Políticas Públicas Rurais*, São Luís, v. 12, n. 1, p. 51–69, 2022.

SILVA, Maria Alice Siqueira Mendes. Sobre a Análise do Discurso. *Revista de Psicologia da UNESP*, 4(1), 2005. 16. Disponível em: <<http://www2.assis.unesp.br/revpsico/index.php/revista/article/viewFile/30/55>>. Acesso em: 22 maio 2025

SISORG – Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica. Ministério da Agricultura e Pecuária. Brasília: MAPA, [2024?]. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos>. Acesso em: 16 jun. 2025.

SOUZA, Amanda Borges de; FORNAZIER, Armando; DELGROSSI, Mauro Eduardo. Sistemas agroalimentares locais: possibilidades de novas conexões entre produção e consumo. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 23, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/9fYJDmX7N8JcQcscxWJxBRC/?lang=pt>. Acesso em: 25 maio 2025.

SOUZA, Claudiano José; SILVA, Aurivan Santana da; SOUSA, Jucilene Xavier Santos; NERI, Vanessa dos Santos. Estruturação de sistemas produtivos familiares em seis municípios do Estado de Pernambuco na perspectiva da Convivência com o Semiárido. *Cadernos de Agroecologia*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, 2020. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/5192>. Acesso em: 15 jun. 2025.

SOUZA, P. R.; OLIVEIRA, V. F. Gestão de agroindústrias familiares no semiárido brasileiro: entre a sobrevivência e a inovação. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 17, n. 2, p. 134–145, 2022.

TAVARES, Marcelo. Validade clínica. *Psico-USF*, Itatiba, v. 8, n. 2, p. 125–136, jul./dez. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-82712003000200004>

VEIGA, Luciana; GONDIM, Sônia Maria Guedes. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. *Opinião Pública*, v. VII, n. 1, p. 1-15, Campinas, 2001.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZYLBERSZTAJN, Decio. Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial. In: ZYLBERSZTAJN, Decio (org.). *Economia e gestão dos negócios agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição*. São Paulo: Pioneira, 2000. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001094022>. Acesso em: 20 maio 2025.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 - Roteiro de Entrevista Estruturada: Análise da Agroindústria Familiar em Juazeiro/BA

1. Identificação do(a) entrevistado(a):

- Nome:
- Cargo/função:
- Instituição:
- Tempo de atuação na instituição:
- Área principal de atuação:

2. Diagnóstico da Agroindústria Familiar Local

1.1 Como o(a) senhor(a) caracteriza o perfil atual das agroindústrias familiares em Juazeiro/BA?

1.2 Quais são os principais produtos agroindustrializados de origem vegetal na região?

1.3 Que tipo de tecnologias de processamento são utilizadas atualmente? Há limitações quanto à infraestrutura?

1.4 Como a agroindústria familiar tem acessado o mercado? Quais os principais canais de comercialização utilizados?

3. Desafios enfrentados

3.1 Quais são, na sua avaliação, os principais entraves para o fortalecimento da agroindústria familiar em Juazeiro?

3.2 Há dificuldades em relação à regularização sanitária e obtenção de selos como o SIE, SIM ou SUASA? Quais?

3.3 Como avalia a capacitação técnica e gerencial dos empreendimentos familiares? Existe apoio técnico suficiente?

3.4 Que obstáculos logísticos (transporte, armazenamento, distribuição) os empreendimentos enfrentam?

4. Oportunidades e potencialidades

4.1 Quais estratégias ou experiências exitosas o(a) senhor(a) identifica na região em relação ao beneficiamento e comercialização de produtos da agricultura familiar?

4.2 A valorização dos produtos da sociobiodiversidade do semiárido (ex: umbu, licuri) representa uma oportunidade de mercado? Como está sendo explorada?

4.3 Os programas públicos como o PAA e o PNAE têm cumprido seu papel na inclusão produtiva das agroindústrias familiares locais?

4.4 Como avalia o papel das redes solidárias, cooperativas ou grupos de consumo consciente na expansão da comercialização?

5. Apoios institucionais e políticas públicas

5.1 Quais políticas públicas (municipais, estaduais ou federais) têm sido mais relevantes para o fortalecimento da agroindústria familiar local?

5.2 A sua instituição desenvolve ações diretas de apoio à produção, capacitação ou comercialização? Quais?

5.3 Existem articulações entre instituições públicas, organizações da sociedade civil e empreendedores familiares? Como elas funcionam?

6. Perspectivas futuras e recomendações

6.1 Quais seriam as principais recomendações para fortalecer a gestão e a comercialização da agroindústria familiar em Juazeiro?

6.2 Como um Manual Técnico pode contribuir para a melhoria do beneficiamento e da gestão das agroindústrias familiares?

6.3 Quais temas ou conteúdos considera essenciais que um material técnico voltado para a realidade local deve abordar?

Observações finais:

Espaço livre para o entrevistado comentar aspectos que não foram abordados nas perguntas anteriores e que considere relevantes para a pesquisa.

APÊNDICE 2 - Entrevista Semiestruturada com Responsáveis pelo Desenvolvimento de Produtos da Agroindústria Familiar e Produtos Artesanais

Público-alvo: produtores/as, gestores/as ou técnicos/as responsáveis pelos processos de produção e beneficiamento em agroindústrias de base familiar apoiadas por instituições como CESOL e IRPAA.

Identificação

1. Nome do entrevistado:
2. Cargo ou função desempenhada:
3. Nome da agroindústria ou grupo produtivo:
4. Município e comunidade:
5. Tempo de funcionamento do empreendimento:

Bloco 1 – Organização e Produção

6. Como se deu a origem da agroindústria ou do empreendimento artesanal? Quem foram os principais envolvidos?
7. Quais são os principais produtos que vocês desenvolvem atualmente? Há produtos sazonais ou com potencial de expansão?
8. Quais os critérios utilizados para selecionar os produtos a serem beneficiados?
9. Quais tipos de matéria-prima vocês utilizam? São sempre da agricultura familiar? Há alguma certificação (orgânica, SPG, etc.)?

Bloco 2 – Processamento e Tecnologia

10. Como é organizado o processo de beneficiamento e quais são as principais etapas?

11. Que tipos de equipamentos são utilizados no processo de produção?
12. Vocês receberam apoio para adequação às normas sanitárias? Quais foram as principais dificuldades enfrentadas nesse processo?
13. Que tipo de orientação técnica receberam das instituições parceiras (como IRPAA, CESOL, ADAB, SEBRAE)? Em que áreas?

Bloco 3 – Gestão e Comercialização

14. Existe planejamento de produção? Como vocês organizam os estoques e a oferta para o mercado?
15. Quais são os principais canais de comercialização utilizados atualmente (ex: feiras, programas públicos, pontos de venda, internet)?
16. Há participação em editais ou compras públicas (PNAE, PAA)? Como é o processo?
17. Como vocês organizam a precificação dos produtos? Consideram custos de produção, tempo de trabalho, valor agregado?
18. Já enfrentaram dificuldades para acessar mercados convencionais? Por quê?

Bloco 4 – Formação, Identidade e Sustentabilidade

19. O produto ou os produtos desenvolvidos têm alguma relação com a identidade cultural da região (ex: tradição culinária, uso de espécies nativas da caatinga)?
20. Vocês já participaram de formações sobre boas práticas de fabricação, segurança alimentar, ou gestão administrativa?

21. Qual é a percepção dos consumidores em relação aos produtos? Eles valorizam a origem, o artesanal, o local?
22. Existem práticas sustentáveis (uso racional da água, aproveitamento integral dos alimentos, destinação de resíduos etc.) no processo de produção?

Bloco 5 – Avaliação e Perspectivas

23. Quais foram os maiores avanços desde o início da parceria com o CESOL/IRPAA?
24. Quais ainda são os principais desafios enfrentados pelo grupo hoje?
25. Na sua opinião, o que seria necessário para fortalecer ainda mais o seu empreendimento?
26. Como um **manual técnico** (como o que estamos desenvolvendo) pode contribuir para o dia a dia de vocês?

Encerramento

27. Deseja acrescentar mais alguma informação que considere relevante para o fortalecimento da agroindústria familiar e dos produtos artesanais na sua região?